

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

ANO XII NÚMERO 115 JULHO TIRAGEM 3.000



A FORÇA DO MUNICIPALISMO

Mobilização em Brasília reúne gestores para enfrentar os principais desafios das administrações municipais

- 04 e 05 **Artigo**
DIMAS RAMALHO
- 20 **Instituto I10**
GESTÃO INTELIGENTE
AMPLIA RECURSOS
- 22 **Alfa e Beto**
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
- 23 **MIMO**
TECNOLOGIA A SERVIÇO
DA GESTÃO PÚBLICA
- 24 **Editora Munera**
EDUCAÇÃO FINANCEIRA
COMEÇA NA ESCOLA
- 26 **Estudo Play**
INOVAÇÃO COM PROPÓSITO
- 27 **CREA-SP**
TECNOLOGIA QUE APROXIMA
A EDUCAÇÃO PÚBLICA DO FUTURO
- 28 **Ocredi**
OCREDI REFORÇA PARCERIA
COM MUNICÍPIOS
- 32 e 33 **Trabalho**
O FUTURO DA JORNADA 6X1
EM DEBATE
- 34 a 36 **IPT**
PATEM - PROGRAMA DE APOIO
TECNOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
- 38 e 39 **Municipalismo**
PAUTAS-BOMBA PREOCUPAM
OS MUNICÍPIOS
- 40 e 41 **Mulheres em Destaque**
POR MARILENE MATIOTTONI
- 42 e 43 **Artigo**
ISABELA GIGLIO
- 44 e 45 **Artigo**
LUCIANO FERREIRA PERES
- 46 e 47 **Artigo**
PROFESSOR CARLOS KERBES
- 52 **15º SGESP**
SEMINÁRIO DE GESTÃO
PÚBLICA FAZENDÁRIA
- 64 e 65 **Cultura
empreendedora**
SEBRAE-SP REFORÇA
COMPROMISSO COM CADEIAS
PRODUTIVAS LOCAIS
- 66 **ACCTION**
DA EXPERIÊNCIA DE CAMPO A UMA
FERRAMENTA ACESSÍVEL PARA A
GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



MUNICÍPIOS FORTES SE CONSTROEM COM PLANEJAMENTO, COOPERAÇÃO E INOVAÇÃO

Administrar um município nunca foi uma tarefa simples. Mas é inegável que os desafios enfrentados pelos gestores públicos se tornaram significativamente mais complexos nos últimos anos.

As transformações legislativas, a evolução dos mecanismos de controle, os impactos das mudanças climáticas, a necessidade de inovação e as crescentes demandas da sociedade exigem das administrações municipais uma atuação cada vez mais técnica, planejada e eficiente.

Esse novo cenário impõe aos gestores uma responsabilidade que vai muito além da execução das políticas públicas. Governar passou a significar antecipar problemas, planejar soluções e construir estruturas administrativas capazes de responder aos desafios do presente sem perder de vista o futuro.

É justamente esse espírito que orienta mais esta edição da Revista Municípios de São Paulo.

Os temas aqui reunidos refletem algumas das principais questões que hoje integram a agenda do municipalismo brasileiro. Debateremos os impactos das mudanças climáticas sobre as cidades, analisamos os novos desafios das contratações públicas, acompanhamos importantes discussões jurídicas que afetam diretamente a rotina dos Municípios e apresentamos experiências que demonstram como inovação, tecnologia e boa gestão podem transformar a prestação dos serviços públicos.

Também seguimos fortalecendo um dos pilares da atuação da Associação Paulista de Municípios: a aproximação entre os gestores municipais.

Por meio do Conexão APM, temos levado conhecimento, capacitação e troca de experiências às diversas re-



giões do Estado de São Paulo, reafirmando nossa convicção de que o fortalecimento do municipalismo passa, necessariamente, pela cooperação entre os Municípios.

Acreditamos que compartilhar boas práticas é tão importante quanto defender os interesses municipalistas. Da mesma forma, oferecer informação técnica de qualidade representa uma contribuição concreta para que prefeitos, vereadores, secretários e servidores possam tomar decisões cada vez mais seguras e eficientes.

A APM continuará atuando para fortalecer essa rede de colaboração, representando os Municípios paulistas nos grandes debates nacionais e oferecendo suporte técnico para que as administrações municipais estejam preparadas para enfrentar os desafios de um ambiente institucional cada vez mais dinâmico e exigente.

Fortalecer os Municípios continua sendo nossa principal missão. Porque é nas cidades que as políticas públicas se tornam realidade e é nelas que se constrói, todos os dias, um Estado mais eficiente, mais justo e mais próximo da população.

Fred Guidoni
Presidente da APM



A revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios - APM

PRESIDENTE

Fred Guidoni

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Elaine Garcia

MTB 11.565/MG

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Núbia Barros

PUBLICIDADE

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

FALE CONOSCO

11 2165-9999

apaulista@apaulista.org.br

Julho 2026

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.





O avanço e o abismo

Por Dimas Ramalho

O progresso social de uma nação raramente se revela de forma evidente no dia a dia; ele se deixa apreender no acúmulo silencioso das transformações estruturais. Em maio de 2026, a divulgação do relatório Radar IDHM pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) ofereceu um desses momentos de síntese histórica.

Ao registrar o índice de 0,805 em 2024, o Brasil cruzou pela primeira vez o limiar que o posiciona no patamar de desenvolvimento humano muito alto. Para um país que há três décadas se encontrava na faixa de desenvolvimento baixo, com marcas inferiores a 0,555, o resultado representa o amadurecimento de políticas de Estado –em escolas, hospitais,

programas sociais, valorização do salário mínimo, expansão do acesso à renda– que resistiram a crises políticas e ao impacto severo da pandemia de Covid-19.

Celebrar esse teto reluzente é um dever de justiça com a nossa própria caminhada. No entanto, a solidez de um edifício não se mede pela beleza de sua cobertura, mas pela resistência de suas fundações. E as fundações do desenvolvimento brasileiro ainda expõem as fraturas de um atraso secular, onde a desigualdade crônica e o abismo entre brancos e negros insistem em desafiar o otimismo das médias.

Para situar esse avanço sem distorções, é preciso delimitar a fronteira metodológica entre o IDHM e

“As fundações do desenvolvimento brasileiro ainda expõem as fraturas de um atraso secular, onde a desigualdade crônica e o abismo entre brancos e negros insistem em desafiar o otimismo das médias”.

o IDH Global. São índices irmãos, mas não gêmeos. Enquanto o IDH Global é um indicador de comparação internacional entre Estados soberanos, estruturado a partir de bases de dados mundiais, o IDHM é uma ferramenta de corte terri-

torial, adaptada para capturar as especificidades dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Alimentado pelo Censo Demográfico e pela Pnad Contínua do IBGE, o índice ajusta as variáveis de fluxo escolar e rendimento para refletir as vulnerabilidades internas do território. As duas métricas são ferramentas distintas para perguntas distintas.

Dos três pilares que compõem o índice –educação, longevidade e renda– o primeiro foi o motor do ciclo recente, subindo de 0,679 em 2012 para 0,798 em 2024. O relatório identifica com clareza o mecanismo por trás desse salto: o Bolsa Família. Criado em 2003, o programa começou a produzir seus efeitos mais visíveis nos índices de escolaridade a partir de 2012, quando a primeira geração de beneficiários completava o ciclo básico de estudos. Ao vincular o benefício à frequência escolar, retirou crianças do trabalho infantil e as manteve nas salas de aula. Os dados mostram que esse efeito foi especialmente pronunciado entre famílias negras de baixa renda.

Já o pilar da longevidade, que mede a expectativa de vida ao nascer, é o mais maduro. Em 2012, o subíndice já estava em 0,829, classificado como "muito alto" –um resultado de décadas de consolidação do Sistema Único de Saúde. Em 2024, chegou a 0,860. O avanço é consistente, mas lento, porque o SUS tornou o Brasil longo antes que o país se tornasse rico e educado.

A renda, por sua vez, é o indicador mais frágil. Ele evoluiu de 0,732 em 2012 para 0,760 em 2024, o menor avanço entre os



três eixos, e permanece na faixa de "alto" –um degrau abaixo dos outros dois. Os números brutos revelam a dimensão do problema: a renda domiciliar per capita da população branca alcançou R\$ 1.208,58 em 2024, enquanto a da população negra ficou em R\$ 673,65. Uma diferença de 79%. A renda é o número mais desigual do índice e o que mais pesa quando o IDHM é ajustado pela realidade vivida por cada brasileiro.

O índice de 0,805 é, em última análise, o resultado empírico sobre o que o Estado brasileiro é capaz

de fazer. O SUS prolongou vidas. O Bolsa Família encheu salas de aula. A valorização do salário mínimo colocou renda nas mãos de quem menos tinha. O Nordeste oferece a prova mais animadora desse ciclo: Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte lideraram os avanços proporcionais no IDHM entre 2012 e 2024, e sete das nove regiões metropolitanas nordestinas já ostentam índice "muito alto". Trata-se do efeito acumulado de políticas sustentadas no tempo, aplicadas onde o ponto de partida era mais baixo e, portanto, onde cada real bem gasto produz mais resultado.

Mas a pergunta sobre a qualidade desse gasto não some com a comemoração. O Brasil aplica, em proporção do PIB, valores comparáveis aos de países com resultados muito superiores nos mesmos indicadores. O próximo ciclo exige respostas diferentes das que funcionaram no anterior: não mais só ampliar o acesso, mas elevar a qualidade; não mais só distribuir renda, mas criar as condições para que ela seja gerada. Como o próprio Pnud registra, o Brasil modernizou sua economia sem democratizar plenamente o acesso à riqueza. A base institucional está bem erigida. O que se constrói sobre ela –e para quem– é a questão que importa a partir de agora.



Dimas Ramalho - vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Quando os dados transformam vidas

Leme faz da inteligência de dados um instrumento para fortalecer a assistência social e aprimorar a gestão pública

Por Elaine Garcia

Em um cenário de demandas sociais cada vez mais complexas e recursos públicos limitados, conhecer profundamente a realidade da população tornou-se essencial para planejar políticas públicas mais eficientes. Em Leme, no interior paulista, essa premissa deu origem a uma iniciativa que transformou a produção e a análise de dados em uma poderosa ferramenta de gestão da assistência social. Por meio do fortalecimento da Vigilância Socioassistencial, o município passou a produzir indica-

dores próprios, complementando as informações disponíveis em sistemas nacionais, como Cadastro Único, Censo SUAS e PMAS-web. A proposta permite identificar vulnerabilidades, direcionar investimentos e acompanhar continuamente a efetividade dos serviços oferecidos à população. Segundo o prefeito Claudemir Aparecido Borges, o principal aprendizado foi compreender que informação qualificada é um dos maiores patrimônios da administração pública. “Quando os dados são organizados e anali-

sados, eles permitem antecipar demandas, direcionar recursos e oferecer respostas mais eficientes para a população”, destaca.

Da informação à tomada de decisão

Coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Vigilância Socioassistencial reúne informações produzidas pelas próprias unidades de atendimento e as integra aos bancos de dados oficiais, formando um retrato detalhado da realidade local.

A rede municipal conta atualmente com 30 unidades de atendimento e oferece 43 serviços socioassistenciais, entre ações de Proteção Social Básica e Especial. São monitorados indicadores como perfil das famílias atendidas, faixa etária, gênero, composição familiar, ocupação dos serviços, principais demandas dos territórios e qualidade do atendimento.

Com capacidade para atender mais de 12 mil famílias e indivíduos, a rede opera com cerca de 88% de sua capacidade instalada, permitindo que a gestão acompanhe a evolução das necessidades da população e planeje a expansão dos serviços de forma estratégica.



Claudemir Borges, prefeito de Leme

A população também participa da avaliação

Um dos diferenciais da iniciativa é incorporar a percepção dos próprios usuários como indicador permanente de qualidade. Pesquisas de satisfação avaliam acolhimento, atendimento profissional, infraestrutura, acessibilidade, efetividade das atividades e qualidade dos serviços prestados.

Para a secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Josiane Cristina Francisco Pietro, essa escuta fortalece a participação social prevista pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e aproxima a gestão das necessidades reais da população, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços.

Planejamento baseado em evidências

Os dados deixaram de cumprir apenas função estatística e passaram a orientar decisões estra-



A Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Josiane Pietro (a direita) ao lado da Coordenadora de Vigilância Socioassistencial, Evanilze Barbi Pecci.



Reunião com representantes das entidades participantes do projeto.

tégicas da administração municipal. A análise das informações permite identificar tendências, localizar áreas de maior vulnerabilidade e definir prioridades para novos investimentos.

Entre as ações planejadas a partir desse monitoramento estão a ampliação dos serviços voltados à população idosa, a expansão do acolhimento institucional de alta complexidade, a implantação de novos Centros-Dia e a criação de uma Residência Inclusiva destinada a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência.

Além de tornar a gestão mais eficiente, o monitoramento permanente fortalece a atuação preventiva das equipes, amplia a transparência administrativa e qualifica a avaliação das políticas públicas.

Referência para outros municípios

Para o prefeito Claudemir Borges, a experiência demonstra que inovar não exige, necessariamente, grandes investimentos em tecnologia. Ao integrar sistemas nacionais com instrumentos desenvolvidos de acordo com a



Reunião da equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social.

realidade local, Leme consolidou uma metodologia flexível, capaz de ser adaptada por municípios de diferentes portes.

Mais do que criar indicadores, o município fortaleceu uma cultura de gestão orientada por evidências, na qual informação, planejamento e avaliação caminham juntos para oferecer serviços públicos mais eficientes, humanizados e alinhados às necessidades da população. Experiências como essa mostram que transformar dados em conhecimento é também transformar conhecimento em melhores decisões e em mais qualidade de vida para as pessoas.

Elaine Garcia
jornalista



José Renato Nalini, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo.

Cidades preparadas salvam vidas

José Renato Nalini alerta que os eventos climáticos extremos já fazem parte da realidade e defende que os municípios precisam agir agora para proteger vidas, investir em prevenção e construir cidades mais resilientes.

Por Elaine Garcia

As mudanças climáticas deixaram de ser uma preocupação para o futuro e passaram a desafiar, diariamente, a gestão pública municipal. Enchentes, secas prolongadas, ondas de calor e outros eventos extremos impõem aos prefeitos a necessidade de investir em planejamento, prevenção e políticas públicas capazes de proteger vidas e tornar as cidades mais resilientes.

Para falar sobre esse cenário, a Revista APM entrevistou José Renato Nalini, um dos principais especialistas brasileiros na discus-

são sobre sustentabilidade, governança e gestão pública. Atual secretário executivo de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo, Nalini reúne uma trajetória marcada pelo serviço público e pela produção acadêmica. Foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, secretário de Estado da Educação, é secretário e imortal da Academia Paulista de Letras, membro da Academia Brasileira de Educação, professor universitário e reitor da UniRegistral.

Ao longo da entrevista, ele faz um alerta contundente: os eventos

climáticos extremos já não são uma possibilidade, mas uma realidade. Para Nalini, a maioria dos municípios brasileiros ainda não está preparada para enfrentar os impactos da crise climática, mas ainda há tempo para mudar esse cenário. Investimentos em infraestrutura, tecnologia, arborização, educação ambiental e planejamento de longo prazo, aliados ao engajamento da sociedade, podem transformar as cidades em ambientes mais seguros, sustentáveis e preparados para os desafios das próximas décadas.

Revista APM: Os eventos climáticos extremos têm se tornado, cada vez mais frequentes. Os municípios brasileiros estão preparados para enfrentar essa nova realidade?

José Renato Nalini: O Brasil tem 5.571 municípios. A maioria deles não está preparada para o enfrentamento dos fenômenos meteorológicos extremos. Os cientistas alertaram a sociedade por décadas. Não nos preparamos para modificar nossos hábitos e agora é a natureza que está com a palavra. O aquecimento global é causado pelos humanos. Por isso, não se pode falar em “desastre natural”. Todo acontecimento climático impactante resulta de errática atuação dos racionais sobre o ambiente. Mas, ainda é tempo de acordar e de adaptar as cidades para que não continuemos a registrar mortes que podem ser evitadas.

Revista APM: Qual é o principal erro que os gestores públicos ainda cometem quando o assunto é prevenção de desastres climáticos?

José Renato Nalini: O primeiro erro é acreditar que esses eventos ainda são incertos. Não faz mais sentido perguntar “se” eles acontecerão, mas “quando” e de que forma ocorrerão. A adaptação das cidades exige planejamento, coragem política e capacidade de investir em infraestrutura, saneamento, drenagem e retirada de ocupações em áreas de risco.

Muitas vezes, prevalece o ime-



“Investir em prevenção custa muito menos do que reconstruir cidades e lamentar a perda de vidas após uma tragédia”.

diatismo, enquanto as soluções estruturais ficam em segundo plano. Também é comum atribuir toda a responsabilidade à natureza, quando grande parte desses impactos poderia ser minimizada por meio de políticas públicas bem planejadas.

Revista APM: Como transformar essa consciência sobre as mudanças climáticas em políticas públicas efetivas nos municípios?

José Renato Nalini: É preciso compreender que o uso excessivo de combustíveis fósseis, o desmatamento e a poluição aumentam

a intensidade das respostas da natureza. Os municípios devem incorporar essa pauta à administração pública. O ideal seria a criação de Secretarias Municipais de Mudanças Climáticas. Quando isso não for possível, a implantação de Conselhos Municipais já representa um avanço importante. Além disso, é fundamental envolver a sociedade, porque os mais vulneráveis sempre são os primeiros a sofrer as consequências dos eventos extremos.

Revista APM: Existem ações simples e de baixo custo que podem ser implementadas imediatamente pelas prefeituras?

José Renato Nalini: Sim. O plantio de árvores talvez seja a tecnologia ambiental mais eficiente e acessível disponível. As árvores reduzem a temperatura, favorecem a infiltração da água da chuva, melhoram a qualidade do ar e contribuem para a saúde física e mental da população. Outra medida importante é a implantação de jardins de chuva, queaju-

dam a diminuir o escoamento das águas e reduzem os riscos de enchentes. Também é essencial estimular a população a cuidar da vegetação, criar hortas comunitárias e ampliar as áreas verdes urbanas.

Revista APM: O que a experiência da cidade de São Paulo pode ensinar aos municípios de médio e pequeno porte?

José Renato Nalini: São Paulo estruturou uma política permanente para enfrentar a crise climática. O Plano de Ação Climática antecedeu a criação da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, responsável por integrar essa pauta em todas as áreas da administração municipal. Hoje, existem planos específicos para prevenção de enchentes, redução de riscos, enfrentamento das altas temperaturas, ampliação das áreas verdes, redução das emissões de gases de efeito estufa e proteção dos mananciais. A experiência acumulada está à disposição de todos os municípios brasileiros interessados em compartilhar conhecimento.

Revista APM: Como a tecnologia pode ajudar os gestores públicos a prevenir desastres e responder mais rapidamente às emergências?

José Renato Nalini: A tecnologia tornou-se indispensável. São Paulo conta com um moderno Centro de Gerenciamento de Emergências, que monitora riscos e envia alertas diretamente para os celulares da população. Também utiliza inteligência artificial para elaborar estudos técnicos sobre



“Não faz mais sentido perguntar se os eventos climáticos extremos acontecerão. A única pergunta possível é quando eles ocorrerão e se estaremos preparados para proteger vidas”.

drenagem, vulnerabilidade social e planejamento urbano. Ferramentas como essas permitem antecipar problemas e orientar decisões que salvam vidas.

Revista APM: A parceria entre a Prefeitura de São Paulo e a APM busca aproximar esse conhecimento técnico dos municípios. O que o senhor espera dessa cooperação?

José Renato Nalini: Espero que a experiência da maior cidade do País estimule municípios paulistas e brasileiros a adotarem políticas

públicas capazes de reduzir os impactos das mudanças climáticas. A troca de experiências é fundamental. Também acredito que escolas, universidades, entidades e a própria sociedade precisam participar desse processo, produzindo soluções inovadoras para desafios locais.

Revista APM: Se pudesse deixar uma única recomendação aos prefeitos paulistas para os próximos anos, qual seria?

José Renato Nalini: Que tratem a questão climática como prioridade absoluta. O planeta continuará existindo, mas a humanidade depende da preservação dos recursos naturais. Envolver toda a sociedade nessa missão e trabalhar para evitar perdas humanas é o maior legado que um gestor público pode deixar para as futuras gerações.

Revista APM: Na sua visão, como serão as cidades capazes de enfrentar os desafios climáticos da próxima década?

José Renato Nalini: Serão cidades inteligentes, resilientes, verdes e acolhedoras. O ser humano precisa compreender que faz parte da natureza e não pode continuar tratando os recursos naturais como se fossem inesgotáveis. Construir cidades sustentáveis não é impossível; depende de planejamento, responsabilidade e do compromisso ético de colocar o bem-estar coletivo acima de qualquer interesse imediato.

Elaine Garcia
jornalista

A parceira tecnológica para **o sucesso** da sua instituição

vivo
empresas



Cloud
Parceira multicloud
com especialistas
certificados



Vivo Fibra
Internet mais
rápida do Brasil



IOT
Soluções
para automatizar
operações



Segurança
Networking
e cibersegurança
integrados para
ambientes críticos

5G

Conectividade
Líder em
5G do Brasil



vivo.com.br/empresas

Prêmio Melhor Escolha 2026. Baseado em dados oficiais da Anatel. Market Share 5G Móvel (B2B+B2C), abril/2026. Para mais informações, condições, disponibilidade de cobertura e aparelhos compatíveis, consulte www.vivo.com.br/5G



Participantes do Conexão APM Sorocaba

Conexão APM consolidou Sorocaba como polo do diálogo municipalista

Oitava edição do projeto reuniu centenas de gestores públicos para discutir os principais desafios das prefeituras, compartilhar soluções e fortalecer a defesa dos municípios paulistas.

Por Elaine Garcia

Sorocaba sediou mais uma importante etapa do Conexão APM, iniciativa da Associação Paulista de Municípios que vem percorrendo todas as regiões do Estado levando capacitação técnica, informação qualificada e diálogo institucional aos gestores públicos. A oitava edição do projeto, realizada em 26 de junho, reuniu centenas de prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, vereadores, equipes técnicas e lideranças políticas das 47 cidades da Região Administrativa de Sorocaba, consolidando o encontro

como um dos principais espaços de qualificação para a administração pública municipal paulista.

Durante um dia inteiro de programação, os participantes debateram temas estratégicos que impactam diretamente a gestão das cidades, em um momento marcado por profundas transformações na administração pública. A agenda contemplou assuntos como Reforma Tributária, emendas parlamentares, securitização da dívida ativa, educação pública, novas fontes de receita e os reflexos das chamadas pautas-

-bomba, em discussão no Congresso Nacional, consideradas uma das maiores preocupações dos prefeitos brasileiros.

Um dos momentos de maior repercussão foi a apresentação do presidente da Associação Paulista de Municípios, Fred Guidoni, que alertou para os impactos financeiros das propostas em tramitação em Brasília capazes de ampliar despesas obrigatórias dos municípios sem a correspondente previsão de recursos. O debate reforçou a necessidade de uma atuação conjunta das entidades municipalistas na defesa do equilíbrio fiscal das prefeituras e do fortalecimento do Pacto Federativo.

Além da pauta econômica, a programação destacou experiências exitosas na área da educação, estratégias para aprimorar a gestão pública e mecanismos



Gilberto Kassab



Ronaldo Caiado



Fred Guidoni, presidente APM

capazes de ampliar a eficiência administrativa. Especialistas compartilharam boas práticas já implementadas em diferentes regiões do país, demonstrando que planejamento, inovação e gestão baseada em resultados são caminhos fundamentais para elevar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

A edição de Sorocaba também evidenciou o papel institucional da APM como interlocutora permanente entre os municípios e os governos estadual e federal. A presença de importantes lideranças políticas ampliou o debate sobre os desafios enfrentados pelas administrações municipais, especialmente diante do aumen-

to das responsabilidades assumidas pelas prefeituras sem a correspondente ampliação das receitas.

Mais do que um ciclo de palestras, o Conexão APM reafirmou sua proposta de criar uma rede permanente de cooperação entre os municípios paulistas. Ao promover o intercâmbio de experiências entre administrações de diferentes portes, o projeto fortaleceu o municipalismo, estimulou a construção de soluções conjuntas e aproximou gestores que enfrentam desafios semelhantes em suas realidades locais.

Desde seu lançamento, o Conexão APM tem percorrido todas as regiões do Estado levando co-

“A agenda contemplou assuntos como Reforma Tributária, emendas parlamentares, securitização da dívida ativa, educação pública, novas fontes de receita e os reflexos das chamadas pautas-bomba”.

nhecimento técnico diretamente aos municípios. O modelo itinerante permitiu descentralizar o acesso à informação, aproximando prefeitos e equipes técnicas de especialistas reconhecidos nacionalmente e ampliando as oportunidades de atualização profissional sem a necessidade de grandes deslocamentos. Essa estratégia consolidou a iniciativa como uma das mais relevantes ações de fortalecimento institucional promovidas pela Associação Paulista de Municípios.

A etapa de Sorocaba confirmou o amadurecimento do projeto e reforçou sua importância para o futuro das administrações municipais. Ao reunir conhecimento, representatividade política e troca de experiências em um único ambiente, o Conexão APM demonstrou, mais uma vez, que investir na qualificação dos gestores é um dos caminhos mais seguros para construir cidades mais eficientes, sustentáveis e preparadas para responder às demandas da população.



Rodrigo Maganhato, prefeito Sorocaba

Fonte: site APM







Abertura do Conexão APM de Marília

Educação e gestão eficiente mobilizaram lideranças regionais no Conexão APM em Marília

Encontro reuniu prefeitos, secretários, técnicos e especialistas para discutir os desafios da educação pública e reforçar a importância do planejamento na administração municipal.

Por Elaine Garcia

A cidade de Marília recebeu mais uma etapa do Conexão APM, projeto da Associação Paulista de Municípios que vem percorrendo o Estado para aproximar gestores públicos das principais pautas do municipalismo brasileiro. A edição, realizada em 02 de julho, reuniu prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, vereadores, técnicos e especialistas em uma programação voltada ao fortalecimento da gestão pública, tendo a educação como eixo central das discussões.

Ao longo do encontro, especialistas compartilharam expe-

riências, apresentaram dados e discutiram soluções para um dos maiores desafios das administrações municipais: garantir qualidade no ensino diante das constantes mudanças na legislação, das exigências dos órgãos de controle e da necessidade de melhorar os indicadores educacionais.

A programação destacou que investir em educação vai muito além da ampliação da infraestrutura escolar. O debate reforçou que resultados consistentes dependem de planejamento, gestão técnica, formação continuada das equipes, monitoramento de indi-

“Ao levar conhecimento técnico para diferentes regiões do Estado, o projeto contribuiu para que prefeitos e suas equipes estejam mais preparados para enfrentar os desafios da administração pública”.

cadores e utilização eficiente dos recursos públicos.

Outro ponto de destaque foi o alerta aos gestores sobre a responsabilidade na aplicação dos

recursos destinados à educação. Os palestrantes abordaram temas como o Fundeb, o cumprimento das metas dos Planos Municipais de Educação, a expansão do ensino em tempo integral e os cuidados necessários para assegurar conformidade com as exigências legais e dos órgãos fiscalizadores. As orientações buscaram oferecer segurança técnica aos administradores municipais diante de um cenário de constantes atualizações na legislação educacional.

Além do conteúdo técnico, o Conexão APM consolidou-se como um importante espaço para troca de experiências entre municípios. Durante o evento, gestores compartilharam boas práticas, discutiram desafios comuns e fortaleceram o diálogo regional, ampliando a rede de cooperação entre as administrações municipais.

A iniciativa também reafirmou uma das principais bandeiras defendidas pela Associação Paulista de Municípios: fortalecer o municipalismo por meio da qualificação permanente dos gestores. Ao levar conhecimento técnico para diferentes regiões do Estado, o projeto contribuiu para que prefeitos e suas equipes estejam mais preparados para enfrentar os desafios da administração pública



Ronaldo Caiado e Gilberto Kassab



e implementar políticas públicas mais eficientes.

Durante o encontro, lideranças da APM ressaltaram que a educação permanece como um dos principais pilares do desenvolvimento dos municípios e defenderam que decisões baseadas em

planejamento, evidências e gestão qualificada são fundamentais para melhorar os serviços prestados à população.

A etapa de Marília reforçou o sucesso do Conexão APM, que vem registrando ampla participação em todas as regiões do Estado de São Paulo. Ao reunir conteúdo técnico de alto nível, especialistas reconhecidos e gestores públicos em um mesmo ambiente, o projeto confirmou seu papel como um dos principais fóruns de capacitação e diálogo municipalista do País, aproximando conhecimento, inovação e soluções práticas da realidade das administrações municipais.



Fonte: site APM







Gestão inteligente amplia recursos e fortalece a educação municipal

No Conexão APM, o Instituto I10 apresentou estratégias para que os municípios utilizem dados e inteligência artificial na captação de recursos da educação

Por Elaine Garcia

Melhorar a qualidade da educação passa, também, por uma gestão mais estratégica dos recursos públicos. Essa foi a principal mensagem da palestra de Rafael Ruiz, diretor executivo do Instituto I10, durante o Conexão APM. A instituição apresentou ferramentas e metodologias que auxiliam gestores municipais a identificar oportunidades de financiamento, otimizar a gestão educacional e ampliar investimentos, por meio do uso de dados e inteligência artificial.

Segundo Rafael, muitos municípios ainda deixam de acessar recursos importantes disponíveis em mecanismos como o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o VAAR (Valor Aluno Ano por Resultados), as transferências especiais e outras modalidades de financiamento,

muitas vezes por desconhecimento das regras ou pela ausência de informações organizadas para apoiar a tomada de decisões.

Um dos exemplos apresentados foi o ensino em tempo integral. O diretor explicou que a ampliação da jornada escolar representa um fator de valorização das matrículas no FUNDEB, mas destacou que diversos municípios já possuem atividades de contraturno que, com pequenos ajustes pedagógicos e administrativos, poderiam atender aos critérios exigidos para ampliar o acesso aos recursos.

Para ilustrar esse cenário, Rafael apresentou um estudo realizado pelo Instituto I10, no município de Ourinhos. A análise identificou escolas que já desenvolvem atividades complementares, mas ainda não

contabilizam alunos como matriculados em tempo integral. Segundo ele, adequações relativamente simples poderiam ampliar significativamente a captação de recursos para a educação municipal.

Outro ponto central da palestra foi a importância da BNCC Computação. Rafael alertou que a adequação ao novo componente curricular será determinante para que os municípios permaneçam aptos a receber recursos vinculados ao VAAR nos próximos anos. Na avaliação do especialista, a utilização de tecnologias educacionais e soluções alinhadas à Base Nacional Comum Curricular permite atender às exigências legais enquanto fortalece o processo de aprendizagem dos estudantes.

Ao longo da apresentação, o diretor ressaltou que a inteligência artificial vem se consolidando como uma importante aliada da gestão pública. O cruzamento de bases de dados, segundo ele, permite identificar oportunidades, corrigir inconsistências cadastrais, acompanhar indicadores educacionais e orientar decisões com maior precisão. “O dado público precisa ser transformado em inteligência para a gestão”, sintetizou Rafael, ao defender uma administração baseada em evidências.

Encerrando sua participação, o representante do Instituto I10 reforçou que os recursos para a educação existem, mas precisam ser acessados de forma planejada e estratégica. Para ele, o desafio dos municípios é utilizar informação qualificada, tecnologia e planejamento para transformar oportunidades de financiamento em melhorias concretas para a aprendizagem e para a qualidade da educação pública.



VOCÊ SABE COMO ESTÁ A INFRAESTRUTURA DE SÃO PAULO?

INFRA BR
Índice Confea de Infraestrutura do Brasil

O Confea responde com dados (em uma escala de 0 a 100):

ENERGIA E CONECTIVIDADE — 78.31/100

MOBILIDADE — 66.43/100

ÁGUA — 73.07/100

BEM-ESTAR SOCIAL E CIDADANIA — 68.76/100

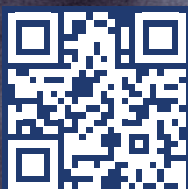
MEIOAMBIENTE E RESILIÊNCIA — 64.06/100

SANEAMENTO BÁSICO — 60.29/100

**MUITO
ALÉM DE
NÚMEROS.**

O **INFRA-BR** é o novo índice nacional que avalia o desempenho de infraestrutura nas 27 unidades da federação de forma multidimensional e sistêmica.

Saiba mais:
infrabr.org.br



CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA
Conselhos Regionais de Engenharia
e Agronomia



mutua
Casa de Assistência dos Profissionais do Crea



Educação de qualidade começa com decisões baseadas em evidências

No Conexão APM, Instituto Alfa e Beto defende gestão, método e acompanhamento como pilares para elevar os índices de alfabetização

Por Elaine Garcia

Se, diante de uma cirurgia cardíaca infantil, qualquer família escolheria o hospital com a maior taxa de sucesso, por que esse mesmo critério nem sempre orienta as decisões na educação? Foi com essa reflexão que Cristina Barbosa, especialista em educação e representante do Instituto Alfa e Beto, abriu sua palestra no Conexão APM.

A instituição apresentou sua experiência na implantação de metodologias voltadas à alfabetização e defendeu que políticas públicas educacionais precisam ser fundamentadas em evidências, planejamento e monitoramento contínuo dos resultados.

Segundo Cristina, enquanto o

Brasil registra cerca de 66% das crianças alfabetizadas na idade adequada, municípios atendidos pelo Instituto alcançam índices superiores a 98%. Para ela, esses resultados demonstram que avanços expressivos não dependem apenas de mais investimentos, mas de uma gestão educacional estruturada e comprometida com a aprendizagem.

Entre os pilares da metodologia estão o ensino estruturado, a seleção adequada de materiais didáticos, o acompanhamento sistemático da alfabetização, a integração entre gestores e equipes pedagógicas e a formação continuada de professores, coordenadores e diretores. “Não exis-

te fórmula mágica”, afirmou, ao destacar que resultados consistentes são construídos por meio de decisões técnicas e acompanhamento permanente.

Como referência, Cristina apresentou a experiência de Sobral (CE), parceira do Instituto há mais de duas décadas e reconhecida nacionalmente pelos elevados indicadores educacionais. Também destacou resultados obtidos em municípios como Teresina (PI), Lagoa Santa (MG), Bom Jesus (PI) e Presidente Dutra (MA), evidenciando que a metodologia pode ser adaptada a diferentes realidades quando há compromisso da gestão e atuação orientada por dados.

Outro ponto enfatizado foi a importância do diagnóstico inicial para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes e definir estratégias específicas para cada município, permitindo acompanhar a evolução dos indicadores ao longo do processo.

Ao encerrar a palestra, Cristina reforçou que a educação deve incorporar a mesma cultura de avaliação presente em outras áreas da administração pública. “Quando já conhecemos o caminho e temos evidências de que ele funciona, o próximo passo é transformar esses resultados em realidade para cada município”, concluiu.





Tecnologia a serviço da gestão pública e da valorização dos servidores

Por Elaine Garcia

A participação da MIMO no Conexão APM reforçou o papel da inovação como aliada da gestão pública e evidenciou o interesse crescente dos municípios por soluções capazes de promover saúde, qualidade de vida e valorização dos servidores. Durante o evento, a empresa apresentou sua plataforma de benefícios a prefeitos, secretários e gestores municipais, consolidando um espaço de diálogo sobre os desafios e as oportunidades da administração pública contemporânea. Para o CEO da MIMO, Roberto Christiano Oliveira, o contato direto com os gestores foi um dos principais diferenciais do encontro. “O Conexão APM superou nossas expectativas. Tivemos a oportunidade de entender as necessidades de cada município e mostrar que é possível oferecer benefícios de alto valor per-

“Quando o servidor tem acesso à prevenção e ao cuidado, os resultados aparecem naturalmente, como mais motivação, maior produtividade, redução do absenteísmo”.

cebido, com implantação simples e compatível com a realidade financeira das administrações”, destaca. Entre as soluções que mais despertaram interesse está a plataforma de saúde da empresa, que reúne telemedicina 24 horas, atendimento com especialistas, psicólogos e nutricionistas, além de descontos em medicamentos e uma ampla rede de benefícios. Os serviços integram o Portal de Benefícios da

APM, permitindo que os municípios conveniados disponibilizem aos servidores um atendimento digital acessível, com abrangência nacional e implantação simplificada. Segundo Roberto Christiano Oliveira, investir na saúde dos servidores representa uma estratégia que beneficia toda a administração pública. “Quando o servidor tem acesso à prevenção e ao cuidado, os resultados aparecem naturalmente, como mais motivação, maior produtividade, redução do absenteísmo e um atendimento melhor à população. Valorizar quem faz a gestão pública acontecer é investir na qualidade dos serviços prestados ao cidadão”, afirma. O retorno obtido durante o Conexão APM reforçou a percepção da empresa de que as administrações municipais buscam soluções inovadoras que conciliam tecnologia, eficiência e sustentabilidade. Com os resultados alcançados no evento, a empresa pretende ampliar sua parceria com a Associação Paulista de Municípios e expandir sua atuação no Estado de São Paulo. “Queremos estar cada vez mais próximos dos municípios, oferecendo soluções que façam diferença na vida dos servidores e de suas famílias. Acreditamos que a tecnologia pode transformar a forma como a gestão pública cuida das pessoas”, conclui o CEO.



Roberto Christiano Oliveira, CEO da MIMO



Educação financeira começa na escola e transforma o futuro

No Conexão APM, a Editora Munera defendeu a educação financeira como política pública para formar cidadãos mais conscientes e preparados para a vida

Por Elaine Garcia

Mais do que ensinar crianças e jovens a lidar com dinheiro, a educação financeira deve desenvolver valores, comportamento e capacidade de tomar decisões conscientes. Essa foi a principal mensagem da palestra de Marilene Fogaça, psicóloga, pedagoga e especialista em formação de professores e gestores escolares, durante o Conexão APM. Representando a Editora Munera, a especialista destacou que pequenas escolhas feitas no ambiente escolar podem gerar grandes transformações para os estudantes e para a sociedade.

Segundo Marilene, educação financeira não se resume a investimentos ou economia doméstica. Trata-se de formar cidadãos capazes de planejar, consumir com responsabilidade, compreender a diferença entre desejo e necessidade e construir pro-

jetos de vida. “Os maiores problemas financeiros têm origem em pequenas decisões equivocadas tomadas diariamente”, afirmou.

A palestrante chamou atenção para a necessidade de inserir o letramento financeiro como política pública, desde a Educação Infantil. Para ela, o desenvolvimento dessas competências ainda na infância contribui para que crianças aprendam a esperar, compartilhar, cuidar dos próprios bens, fazer escolhas mais conscientes e compreender as consequências de seus atos. Na juventude, essas habilidades evoluem para decisões mais responsáveis sobre consumo, planejamento e uso do crédito.

Marilene também ressaltou que os desafios enfrentados pelas famílias brasileiras demonstram a urgência desse trabalho. Na sua avaliação, investir em educação fi-

nanceira significa preparar as novas gerações para reduzir o consumo impulsivo, evitar desperdícios e desenvolver uma cultura de planejamento e responsabilidade.

A metodologia apresentada pela Editora Munera alia educação financeira e desenvolvimento socioemocional, por meio de atividades práticas e materiais voltados da Educação Infantil ao Ensino Médio. O objetivo é estimular o autocontrole, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, sempre envolvendo as famílias no processo educativo. “A educação financeira acontece muito mais pelo exemplo do que apenas pelo discurso”, destacou.

Outro ponto enfatizado foi que os benefícios ultrapassam os muros da escola. Quando crianças aprendem desde cedo a planejar, estabelecer metas e utilizar os recursos de forma consciente, tornam-se adultos mais preparados para tomar decisões responsáveis, fortalecendo não apenas a vida financeira das famílias, mas também a cidadania e o desenvolvimento dos municípios.

Ao encerrar a palestra, Marilene reforçou que grandes transformações sociais não surgem de ações isoladas, mas da soma de pequenos hábitos praticados diariamente. Para a especialista, ensinar educação financeira é, acima de tudo, ensinar as pessoas a administrar sonhos, construir projetos de vida e preparar cidadãos capazes de fazer escolhas conscientes para um futuro melhor.



O espaço do amanhã, hoje.



Com a CIP SOLUÇÕES e o Espaço Tec, os Estados e Municípios conseguem promover educação e tecnologia utilizando a cultura maker.

O Espaço Tec foi criado para promover um ambiente de protagonismo estudantil, incentivando o pensamento computacional em um ambiente interdisciplinar pensado para que os alunos pensem, elaborem e executem seus próprios projetos. O futuro é hoje.

📞 (11) 9 6343-3949



Inovação com propósito: tecnologia que aproxima a educação pública do futuro

No Conexão APM, a Estudo Play apresentou soluções que unem inteligência artificial, acessibilidade e gestão da aprendizagem para transformar a realidade das redes municipais

Por Elaine Garcia

“Inovação não é apenas uma ideia nova”. Foi com essa reflexão que Diego Regal, diretor da Estudo Play, iniciou sua participação no Conexão APM. Patrocinadora do evento, a empresa apresentou soluções desenvolvidas especialmente para a educação pública, mostrando que a tecnologia só faz sentido quando resolve problemas reais, gera valor e consegue chegar à ponta da rede de ensino.

Um dos principais exemplos apresentados foi a plataforma de correção de redações manuscritas por inteligência artificial. A ferramenta permite que o estudante escreva no papel, como acontece

tradicionalmente em sala de aula, enquanto a escola fotografa a redação para que o sistema faça a avaliação em poucos minutos. O resultado oferece uma devolutiva rápida ao aluno e fornece ao professor um diagnóstico detalhado da aprendizagem da turma.

Segundo Regal, o ganho vai muito além da velocidade. Com as informações organizadas, o professor consegue identificar as dificuldades de cada estudante e direcionar intervenções pedagógicas mais eficientes, deixando de apenas transmitir conteúdo para exercer aquilo que definiu como o verdadeiro papel do educador: a

gestão da aprendizagem.

A inovação rendeu à Estudo Play reconhecimento internacional. A empresa recebeu a certificação do Guinness World Records pelo maior volume de redações manuscritas corrigidas por inteligência artificial em um único mês, superando a marca de 561 mil redações avaliadas. Em apenas um ano de operação em uma rede pública, o sistema ultrapassou cinco milhões de correções, demonstrando a capacidade de levar tecnologia em larga escala para o ensino público.

Durante a palestra, Diego Regal ressaltou que a realidade brasileira exige soluções compatíveis com os desafios enfrentados pelos municípios, especialmente em relação à conectividade. Por isso, a empresa desenvolveu um conceito que alia o livro físico a um dispositivo digital totalmente offline, permitindo acesso a videoaulas, biblioteca digital, obras literárias, conteúdos socioemocionais, formações para professores, inteligência artificial generativa e recursos pedagógicos sem depender de internet.

A proposta, segundo ele, busca democratizar o acesso à inovação, oferecendo tecnologia acessível, inclusiva e adequada à infraestrutura das redes públicas. O sistema também disponibiliza simulados com correção automática e relatórios de desempenho, permitindo que gestores acompanhem indicadores educacionais e apoiem decisões baseadas em evidências.

Ao encerrar sua participação, Diego Regal reforçou que a missão da Estudo Play é utilizar a inovação para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades de aprendizagem. “A gente quer mudar a educação brasileira, a gente quer mudar o mundo”, afirmou, lembrando que toda transformação começa quando a tecnologia é colocada a serviço das pessoas e das necessidades reais da educação pública.



Engenharia a serviço da gestão pública

Em entrevista à Revista APM, a presidente do Crea-SP, engenheira civil Lígia Mackey, destaca a importância da aproximação entre o Conselho e os municípios para fortalecer políticas públicas, infraestrutura e planejamento urbano.

Por Elaine Garcia

Revista APM: Como o Crea-SP avalia sua participação no Conexão APM?

Lígia Mackey: A participação no Conexão APM é estratégica e extremamente positiva, reforçando a proximidade com a gestão municipal. Para além da fiscalização do exercício profissional. O Crea-SP atua como um agente de suporte técnico, considerando que as Prefeituras são as principais indutoras de infraestrutura e desenvolvimento local. Estar presente nesse espaço permite dialogar diretamente com gestores e demonstrar como a Engenharia, a Agronomia e as Geociências são fundamentais para uma gestão pública eficiente, transparente e segura.

Revista APM: Quais iniciativas o Conselho apresentou durante o evento?

Lígia Mackey: Destacamos o Crea-SP Capacita, especialmente a Trilha de Gestão Pública, programa gratuito que promove discussões sobre o papel da área tecnológica na construção de políticas públicas eficientes e que, em 2026, tornou-se itinerante. Também apresentamos materiais técnicos gratuitos, como o Caderno Técnico sobre Mudanças Climáticas, o Manual de Inspeção em Estruturas de Concreto e o Relatório Técnico de Inspeções em Pontes e Viadutos, além do trabalho do Colégio de Inspectores e dos Fóruns de Políticas Públicas, que aproximam o Conselho das demandas regionais dos municípios.

Revista APM: Quais são os principais desafios enfrentados pelos municípios?

Lígia Mackey: O levantamento Infra-BR, desenvolvido pelo Confea, mostra que São Paulo está acima da média nacional em infraestrutura, com destaque para energia, conectividade e abastecimento de água. O saneamento básico ainda representa a área com maior espaço para evolução. Esses indicadores oferecem um diagnóstico importante para orientar decisões estratégicas e investimentos em infraestrutura, apoiando o desenvolvimento das cidades.

Revista APM: Que mensagem o Crea-SP deixa aos gestores municipais?

Lígia Mackey: O Crea-SP atua de forma colaborativa com as Prefeituras e o Governo do Estado, oferecendo suporte técnico qualificado em ações como elaboração de laudos, projetos de reurbanização, planos diretores e fiscalização de obras públicas. Ao colocar o conhecimento dos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências a serviço do poder público, o Conselho contribui para a elaboração e a execução de projetos que promovem desenvolvimento, segurança e qualidade de vida para a população.



Lígia Mackey, presidente do CREA-SP



OCREDi reforça parceria com municípios e apresenta soluções para valorização dos servidores

Instituição destacou o crédito consignado como ferramenta de inclusão financeira, educação financeira e fortalecimento da gestão pública.

Por Elaine Garcia

O Conexão APM, realizado em Marília, foi uma oportunidade para a OCREDi fortalecer o relacionamento com prefeitos, gestores municipais e lideranças públicas, além de apresentar soluções financeiras desenvolvidas exclusivamente para o funcionalismo público. Marcello Chacon, Diretor da instituição, destacou que o contato direto com os administradores municipais permitiu compreender melhor os desafios enfrentados pelas prefeituras e reforçar seu compromisso de atuar como parceira estratégica dos municípios.

Durante o encontro, os principais temas debatidos no estande envolveram o funcionamento do cartão de crédito consignado, do cartão benefício e do empréstimo consignado. As dúvidas dos gestores concentraram-se, principalmente, na



Marcello Chacon, diretor da OCREDi

segurança das operações, nos benefícios aos servidores e na garantia de que essas modalidades não representam riscos financeiros ou fiscais para as administrações municipais. “Participar do Conexão APM foi extremamente importante porque nos permitiu ouvir os gestores muni-

pais, entender suas necessidades e mostrar que a OCREDi está preparada para oferecer soluções seguras e eficientes. Mais do que apresentar produtos, queremos construir relacionamentos sólidos e atuar como parceiros estratégicos das administrações municipais, sempre com foco na valorização do servidor público”, afirma Marcello Chacon, diretor da OCREDi.

Especializada no atendimento ao setor público, a OCREDi apresentou seus diferenciais, como tecnologia proprietária, processos desenvolvidos para garantir eficiência operacional e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Segundo Marcello, essas características oferecem mais segurança tanto para os servidores quanto para os municípios.

Outro ponto enfatizado foi a importância do crédito consciente. A instituição defende que linhas de crédito com condições mais acessíveis ajudam os servidores a reorganizar suas finanças, substituindo dívidas de maior custo por alternativas mais sustentáveis. Como consequência, há impactos positivos na qualidade de vida das famílias, no ambiente de trabalho e até na economia local.

Para Marcello Chacon, a educação financeira também deve fazer parte dessa transformação. Ele acredita que servidores financeiramente equilibrados tomam decisões mais conscientes e contribuem para uma gestão pública mais eficiente.

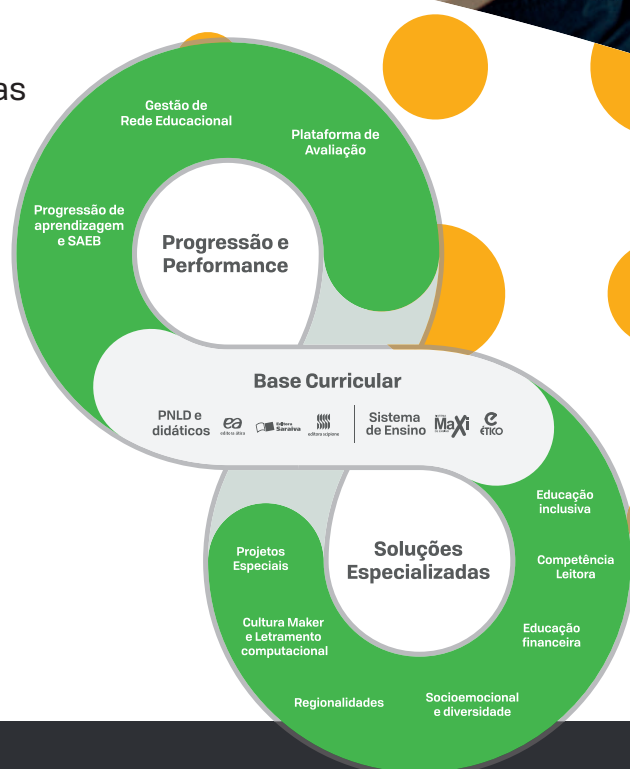
Ao final do Conexão APM, Marcello agradeceu a receptividade dos gestores municipais e reafirmou o propósito da empresa em construir parcerias de longo prazo. “Queremos estar ao lado dos municípios oferecendo soluções que valorizem o servidor público com responsabilidade, transparência, segurança e boa governança”, concluiu Marcello Chacon.

UM ECOSSISTEMA DE SOLUÇÕES PARA FORTALECER A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Na **Saber**, reunimos conteúdo de excelência, ferramentas digitais e apoio pedagógico em Soluções Educacionais para **apoiar as redes públicas de ensino em seus principais desafios**.

Com a força das editoras **Ática, Saraiva e Scipione**, atuamos desde a base curricular até soluções especializadas em demandas atuais, como **educação inclusiva e alfabetização**, além de diagnósticos que acompanham a **progressão da aprendizagem e o desempenho** das escolas e municípios.

Tudo conectado para apoiar gestores, professores e estudantes na **construção de uma educação pública cada vez mais forte**.



Conheça todas as nossas soluções, acesse:
www.edocente.com.br



Educação Municipal em Foco: APM e CIOP fortalecem a gestão educacional no Oeste Paulista

Iniciativa reuniu gestores, especialistas e equipes técnicas para discutir financiamento, alfabetização, inovação e cooperação entre municípios, reforçando a educação como eixo estratégico do desenvolvimento local.

Por Elaine Garcia

A educação pública municipal vive um momento de profundas transformações. Novas exigências legais, mudanças nos mecanismos de financiamento, metas de aprendizagem cada vez mais desafiadoras e a necessidade de formar cidadãos preparados para uma sociedade em constante evolução exigem dos gestores públicos uma atuação cada vez mais técnica, planejada e colaborativa.

Foi com esse olhar que a Associação Paulista de Municípios (APM), em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Oeste Pau-

lista (CIOP), promoveu o Encontro Regional de Educação Pública Municipal, realizado em Anhumas, reunindo secretários municipais de Educação, dirigentes educacionais, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas de dezenas de municípios da região de Presidente Prudente.

Mais do que um ciclo de palestras, o encontro foi concebido como um espaço de construção coletiva de soluções para um dos maiores desafios da administração pública: oferecer uma educação de qualidade, eficiente e capaz de transformar realidades.

Cooperação que fortalece resultados

A parceria entre a APM e o CIOP demonstra como a integração regional pode ampliar a capacidade dos municípios de enfrentar desafios comuns. Ao reunir profissionais que vivenciam diariamente a gestão das redes municipais de ensino, o encontro proporcionou um ambiente de diálogo, compartilhamento de experiências e atualização técnica.

Durante toda a programação, especialistas apresentaram ferramentas, metodologias e estratégias voltadas ao aperfeiçoamento

das políticas educacionais, sempre com foco na realidade dos municípios paulistas.

Entre os principais temas discutidos estiveram a correta aplicação dos recursos do FUNDEB, os avanços nas políticas de alfabetização, a educação financeira como instrumento de formação cidadã e a importância do planejamento educacional integrado para elevar os indicadores de aprendizagem.

Educação exige gestão qualificada

A administração da educação pública deixou de ser apenas uma atividade operacional. Hoje, exige domínio da legislação, planejamento orçamentário, gestão de pessoas, monitoramento de indicadores e capacidade permanente de inovação.

Nesse contexto, a capacitação continuada torna-se um dos principais investimentos que um município pode realizar. Ao promover encontros regionais como este, a APM reforça seu compromisso de oferecer conhecimento técnico atualizado aos gestores municipais, aproximando especialistas das equipes responsáveis pela execução das políticas públicas.

A proposta vai além da formação individual: busca fortalecer institucionalmente as secretarias municipais, proporcionando maior segurança administrativa, eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores resultados para estudantes e comunidades.

Alfabetização e inovação caminham juntas

Outro destaque da programação foi o debate sobre alfabetização, considerada a base de todo o processo educacional.

Especialistas apresentaram experiências exitosas desenvolvidas em diferentes regiões do país, de-



monstrando como o acompanhamento pedagógico, a formação continuada dos professores e o uso inteligente de indicadores podem acelerar o desenvolvimento da aprendizagem nos primeiros anos escolares.

A discussão também abordou o papel da inovação pedagógica e da utilização de novas metodologias para tornar o ensino mais atrativo e eficiente, respeitando as diferentes realidades dos municípios.

Educação financeira para formar cidadãos

Um dos diferenciais do encontro foi a inclusão da educação financeira entre os temas centrais da programação. Muito além do aprendizado sobre economia doméstica, o assunto foi tratado como ferramenta de cidadania, capaz de estimular planejamento, responsabilidade, consumo consciente e tomada de decisões desde os primeiros anos da vida escolar.

A proposta dialoga com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e reforça a necessidade de preparar crianças e adolescentes para os desafios econômicos e sociais do século XXI.

Municipalismo que transforma

Ao investir na qualificação dos profissionais da educação, a Associação Paulista de Municípios reafirma uma de suas principais missões: fortalecer a capacidade técnica dos governos locais e criar ambientes permanentes de cooperação entre os municípios.

A experiência realizada na região de Presidente Prudente demonstra que o compartilhamento de conhecimento é um dos caminhos mais eficientes para reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e construir políticas públicas mais consistentes.

Mais do que um evento, o Encontro Regional de Educação Pública Municipal consolidou-se como um espaço de integração entre gestores comprometidos com a melhoria da educação pública paulista. Em um cenário em que os municípios assumem protagonismo crescente na formação das novas gerações, iniciativas como essa reforçam que investir em conhecimento é também investir no futuro das cidades.

Fonte: site APM



O futuro da jornada de trabalho em debate

Em entrevista à CNN Brasil Money, Fred Guidoni, presidente da APM, defende uma discussão responsável sobre o fim da escala 6x1 e alerta para os impactos sobre os municípios e a economia local

Por Elaine Garcia

Poucos temas mobilizam tanto o debate público quanto as relações de trabalho. A proposta de extinguir a escala 6x1, seis dias de trabalho para um de descanso e reduzir a jornada semanal voltou ao centro das discussões nacionais ao avançar no Congresso, despertando expectativas entre trabalhadores e preocupações no setor produtivo.

Nesse cenário, o presidente da Associação Paulista de Municípios

(APM), Fred Guidoni, participou de entrevista à CNN Brasil Money, onde defendeu que a discussão seja conduzida com responsabilidade, baseada em estudos técnicos e considerando os diferentes impactos que uma mudança dessa dimensão pode provocar sobre a economia, os serviços e, especialmente, sobre os municípios.

Segundo Guidoni, o debate não pode ser reduzido a posições favoráveis ou contrárias. A ques-

“Qualquer transformação deve ser construída por meio do diálogo entre trabalhadores, empregadores, governos e representantes municipalistas, evitando soluções uniformes”.

tão envolve variáveis econômicas, fiscais e sociais que exigem análise cuidadosa para que eventuais avanços nas relações de trabalho sejam acompanhados de segurança jurídica e sustentabilidade para empresas, trabalhadores e administrações públicas.

Os municípios diante de uma nova realidade trabalhista

Embora a discussão esteja concentrada na legislação trabalhista, seus efeitos ultrapassam as relações entre empregados e empregadores. Para os municípios, qualquer alteração significativa na jornada de trabalho pode repercutir diretamente na prestação de serviços públicos essenciais.

Áreas como saúde, educação, assistência social, limpeza urbana, transporte e segurança patrimonial dependem de equipes que atuam em escalas contínuas. Uma eventual redução da jornada poderá exigir reorganização das equipes, revisão de contratos e, em alguns casos, ampliação do quadro de profissionais, com impacto direto sobre os orçamentos municipais.

Na entrevista, Fred Guidoni destacou justamente essa necessidade de avaliar os reflexos da proposta sobre a administração pública, especialmente em um

momento em que grande parte das prefeituras ainda enfrenta limitações fiscais e busca ampliar investimentos sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Desenvolvimento econômico e responsabilidade fiscal

Outro ponto ressaltado pelo presidente da APM foi a importância de preservar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico dos municípios. As economias locais são fortemente sustentadas pelo comércio, pelos serviços, pela indústria e pelo agronegócio, setores que empregam milhões de trabalhadores e que podem ser afetados de maneiras distintas por mudanças na jornada de trabalho.

Para Guidoni, qualquer transformação deve ser construída por meio do diálogo entre trabalhadores, empregadores, governos e representantes municipalistas, evitando soluções uniformes para realidades econômicas bastante diferentes entre si.

Essa preocupação também aparece em manifestações de representantes do setor produti-



vo nacional, que defendem uma transição planejada e estudos aprofundados sobre os impactos da medida nos custos de produção, na produtividade e na geração de empregos.

Um debate que vai além da carga horária

A discussão sobre a escala 6x1 não se resume ao número de horas trabalhadas. Os defensores da mudança argumentam que jornadas menores podem proporcionar mais qualidade de vida, reduzir o adoecimento ocupacional, ampliar o convívio familiar e até favorecer ganhos de produtivi-

de em determinados setores. Também sustentam que uma reorganização do trabalho pode estimular inovação e novos modelos de gestão.

Por outro lado, representantes da indústria, do comércio e de segmentos intensivos em mão de obra alertam para possíveis aumentos dos custos operacionais, necessidade de novas contratações, impacto sobre pequenas empresas e reflexos na inflação caso a transição ocorra sem planejamento adequado.

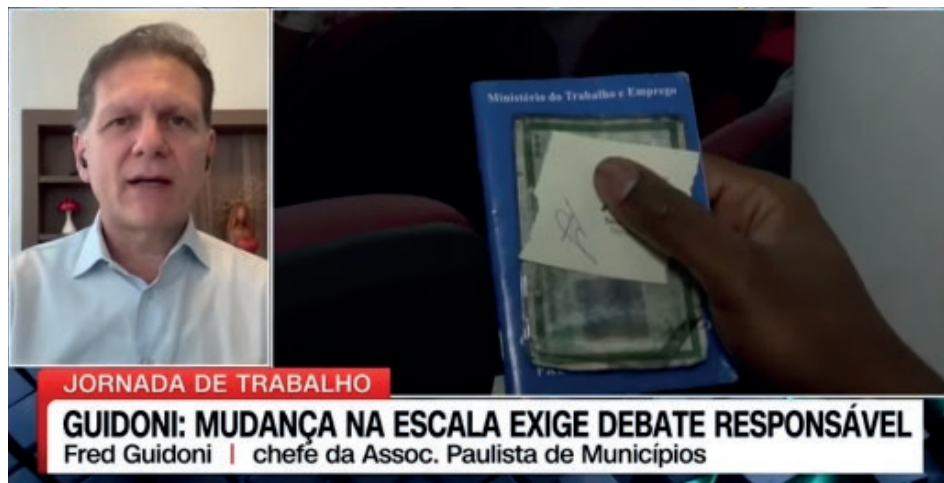
Nesse contexto, cresce o consenso de que a construção de uma solução equilibrada passa pelo diálogo entre todos os setores envolvidos.

O papel do municipalismo

Ao levar a visão dos municípios para um dos principais canais de economia do país, Fred Guidoni reforçou a importância de incluir os governos locais nas grandes discussões nacionais.

A experiência dos municípios demonstra que mudanças estruturais na legislação frequentemente produzem efeitos diretos na gestão pública. Por isso, ouvir quem administra diariamente serviços essenciais é uma condição importante para que políticas públicas sejam implementadas com segurança, previsibilidade e equilíbrio fiscal.

Mais do que participar do debate, a APM reafirma sua missão de representar os interesses do municipalismo paulista, defendendo soluções que conciliem desenvolvimento econômico, valorização do trabalho e capacidade de investimento das administrações locais.



Fonte: site APM



PATEM - Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios do Estado de São Paulo

Por Anderson Ribeiro Correia, Fabricio Araujo Mirandola e Ros Mari Zenha

Na **Revista Municípios de São Paulo, Ano XII, no. 113**, o Presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Sr. Fred Guidoni, em editorial de sua autoria intitulado **“Municipalismo Técnico e a Nova Estrutura da Governança Local”** destacou que “o municipalismo brasileiro atravessa uma transição silenciosa, porém estrutural. Durante décadas, a principal pauta dos Municípios concentrou-se na ampliação da autonomia federativa e na redistribuição de receitas. Hoje, embora essas discussões permaneçam essenciais, já não são suficientes para responder à complexidade da administração pública contemporânea.

O ambiente normativo tornou-se mais sofisticado, o controle institucional mais orientado por desempenho e a responsabilidade administrativa mais vinculada à capacidade de planejamento, execução e monitoramento de resultados. **A gestão municipal deixou de operar apenas sob lógica política e passou a exigir densidade técnica permanente”**.

E, nessa nova etapa do debate municipalista, reforça-se a importância do **Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios – PATEM**.

O PATEM foi criado em **1989** pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de **suprir as necessidades de ordem técnica**

dos municípios paulistas, contribuindo para uma gestão pública qualificada, baseada em dados e evidências, tendo no Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT seu principal suporte técnico.

Ao longo de mais de **três décadas** o programa **já apoiou mais de 200 municípios** por meio da realização de estudos, diagnósticos, planos, soluções, tecnologias e atendimentos emergenciais em diversas áreas de interesse público.

Sua atuação foi fortalecida e regulamentada pelo **Decreto Estadual nº 65.811/2021**, que consolidou o PATEM como um importante instrumento de

cooperação entre o Estado e os municípios estruturando **três eixos estratégicos: Cidades Inteligentes**, voltado à inovação, conectividade e uso de dados na gestão pública; **Cidades Sustentáveis**, focado na transição verde, economia circular e gestão de resíduos; e **Cidades Resilientes**, direcionado à adaptação às mudanças climáticas, prevenção de desastres e mitigação de riscos, contribuindo para o desenvolvimento de municípios mais eficientes, sustentáveis e preparados para os desafios do futuro.

Nos últimos anos, o programa passou por um processo de reestruturação e fortalecimento institucional conduzido pela **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)**, ampliando sua capacidade de atendimento e reafirmando o papel da ciência, tecnologia e inovação como instrumentos de apoio à gestão municipal.

Somente na atual fase do programa, dezenas de municípios já manifestaram interesse em aderir ao programa, abrangendo temas como redução de riscos de desastres, planejamento territorial, gestão ambiental, habitação, saneamento, resíduos sólidos, infraestrutura urbana e transformação digital.

Os **eixos de atuação do PATEM** incluem: Gestão e gerenciamento de riscos naturais e tecnológicos; encerramento de lixões e gestão de resíduos sólidos urbanos; prevenção da integridade e segurança de obras públicas; controle de processos erosivos em área urbana e rural; gestão territorial e de recursos naturais e hídricos; avaliação ambiental e apoio ao licenciamento; saneamento, conservação, aproveitamento de águas pluviais e reuso de efluentes tratados; pla-



Felicio Ramuth, Vice-governador de São Paulo; Vahan Agopyan, Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação; Sirlei Gonçalves, Coordenador de Programas da SCTI; Anderson Ribeiro Correia, Diretor-Presidente do IPT e Milton Vieira, Secretário de Inovação e Tecnologia do Município de São Paulo.

nejamento e gestão de florestas urbanas e rurais; concepção e dimensionamento de unidades para a gestão de resíduos sólidos urbanos, de construção e de demolição; geotecnia e engenharia de estruturas em obras civis; práticas e infraestrutura para comunidades sustentáveis; educação ambiental, economia circular e inserção social; controle e monitoramento da poluição urbana; eficiência energética e uso eficiente em edificações e serviços públicos; monitoramento da segurança estrutural de edificações e obras de infraestrutura; sistemas inteligentes de transporte; sistemas e ambientes inteligentes de gestão de cidades; conectividade, acesso e inclusão digital, inclusive internet pública, serviços digitais de acesso e requisição e pagamento de serviços públicos e requalificação de assentamentos urbanos precários.

O atendimento pelo PATEM aos municípios ocorre de forma estruturada e personalizada.

A manifestação de interesse ocorre por meio do formulá-

“Ao longo de mais de três décadas o programa já apoiou mais de 200 municípios por meio da realização de estudos, diagnósticos, planos, soluções, tecnologias e atendimentos emergenciais”.

rio de manifestação preliminar de interesse junto à SCTI, onde o município registra sua necessidade de apoio técnico, além de outras informações relevantes que irão contribuir para a análise da solicitação.

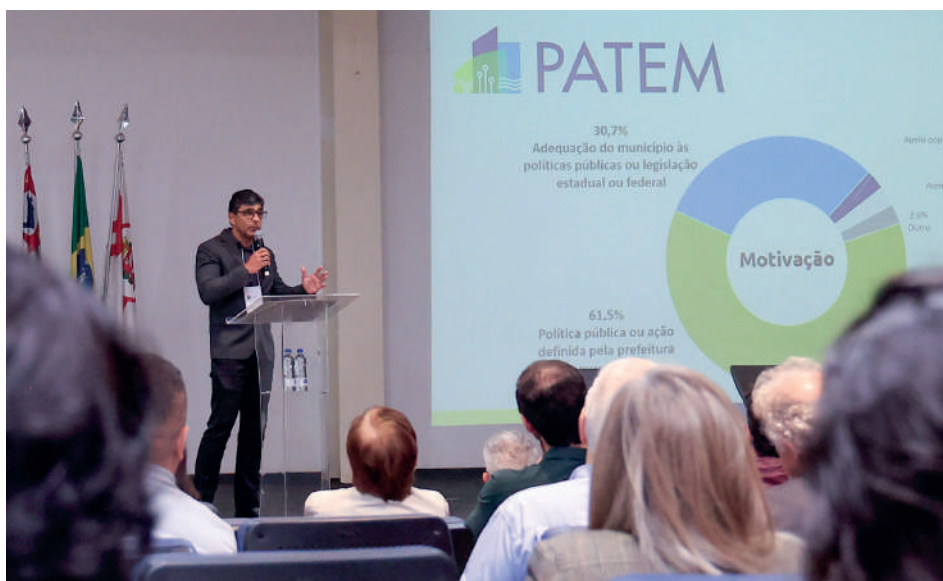
Após análise preliminar da demanda pela equipe da SCTI, o IPT é acionado para realizar reuniões técnicas e visitas de campo, se necessário, para compreender a demanda local, definir o escopo dos trabalhos e elaborar a proposta

técnica correspondente.

A especificidade do suporte tecnológico do IPT reside na natureza multidisciplinar do Instituto, considerando que os desafios explicitados pelos gestores municipais são complexos e envolvem diversas variáveis, exigindo, no mais das vezes, soluções também complexas e multifacetadas.

Com mais de 125 anos de atuação, o IPT reúne especialistas das áreas de engenharia, geologia, meio ambiente, recursos hídricos, planejamento territorial, infraestrutura urbana, habitação, edificações, energia, tecnologia da informação, entre outros, permitindo que os municípios tenham acesso a soluções integradas para problemas complexos que frequentemente extrapolam os limites de uma única disciplina técnica.

A atuação do IPT no âmbito do PATEM vai além da elaboração de estudos técnicos, abrangendo também a transferência de conhecimento, o fortalecimento da capacidade institucional dos municípios e o apoio à tomada de decisão baseada em evidências



Evento de lançamento do PATEM

científicas e tecnológicas.

Por meio do programa, a SCTI financia a maior parte dos custos dos serviços técnicos especializados, permitindo que municípios de diferentes portes tenham acesso a competências técnicas altamente especializadas do IPT por meio de uma contrapartida reduzida e proporcional à sua capacidade econômica.

Cabe aos municípios solicitantes uma contrapartida definida com

base no Índice de Participação dos Municípios (IPM), estabelecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que varia conforme a arrecadação municipal.

As ações do PATEM possibilitam que o IPT cumpra sua missão institucional de superar os desafios da sociedade por meio da ciência, tecnologia e inovação aplicadas nas políticas públicas e setores produtivos.

Mais do que um mecanismo de apoio técnico, o PATEM representa uma ponte entre o conhecimento científico produzido no Estado de São Paulo e os desafios concretos enfrentados diariamente pelas administrações municipais, contribuindo para políticas públicas mais eficazes, seguras e sustentáveis.

Após aprovação pela Secretaria e formalização dos instrumentos necessários, os estudos são desenvolvidos por equipes multidisciplinares do Instituto, assegurando elevado rigor técnico e aderência às necessidades específicas de cada município. O formulário está disponível no site https://www.inovacao.sp.gov.br/sec_tecnologia_inovacao/programas/patem.



Anderson Ribeiro Correia - Diretor Presidente do IPT



Fabricio Araujo Mirandola - Pesquisador do IPT



Ros Mari Zenha - Pesquisadora do IPT

PRÓXIMAS EDIÇÕES

CONEXÃO

APM



SANTOS



REGISTRO



SÃO CARLOS



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em breve mais informações



Fred Guidoni, presidente APM, palestra sobre pautas-bomba durante evento Conexão APM.

Pautas-bomba colocam os municípios no centro do debate nacional

Por Elaine Garcia

Durante o Conexão APM de Marília, realizado em julho, o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Fred Guidoni, fez um alerta sobre projetos em tramitação no Congresso Nacional que podem ampliar as despesas das prefeituras sem a correspondente fonte de custeio. A defesa do fortalecimento do municipalismo e da revisão do pacto federativo marcou sua participação.

Segundo Guidoni, decisões tomadas em Brasília têm impacto direto sobre a gestão municipal, muitas vezes, transferindo novas responsabilidades às cidades sem garantir os recursos necessários para executá-las. “O que a gente chama de pauta-bomba é exatamente isso: os deputados federais

“O dinheiro tem que ficar mais perto de onde ele é gerado, de onde precisa construir a escola, contratar o médico e entregar os serviços que a população espera”.

e senadores votam em Brasília, mas a conta explode no colo do gestor público local”, afirmou.

O presidente da APM destacou que, nas últimas décadas, serviços como saúde, educação e assistência social foram gradativamente municipalizados, sem que houvesse uma redistribuição proporcional das receitas públicas. “Todos os serviços foram sendo municipa-

lizados, mas a contrapartida financeira não acompanha essa municipalização”, ressaltou.

Ao abordar propostas como a alteração da jornada de trabalho na chamada escala 6x1, Guidoni defendeu que o debate seja conduzido sob uma perspectiva técnica. “Ninguém é contra o trabalhador trabalhar menos. O debate é: quem vai pagar essa conta?”, questionou. Com base em estudos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), lembrou que a medida poderá exigir a contratação de cerca de 731 mil novos servidores públicos para manter o atual nível de atendimento à população.

Para enfrentar esse cenário, Guidoni reforçou a necessidade de rever o pacto federativo, garantindo maior participação dos municípios na arrecadação nacional. “Mais Brasil e menos Brasília significa revisar o pacto federativo”, afirmou. Na mesma linha, defendeu que os recursos permaneçam mais próximos da população, onde efetivamente se transformam em políticas públicas. “O dinheiro tem que ficar mais perto de onde ele é gerado, de onde precisa construir a escola, contratar o médico e entregar os serviços que a população espera”, explicou.

Encerrando sua apresentação, o presidente da APM reforçou que os desafios atuais exigem uma atuação conjunta entre os municípios. “Já foi o tempo do municipalismo de competição. Nós vivemos agora o municipalismo de cooperação”, declarou, sintetizando o espírito do Conexão APM, ao defender que a união entre as cidades é o caminho para fortalecer a gestão pública e ampliar a capacidade de investimento. “Um município forte faz um país desenvolvido”.

Fonte: site APM

**Cuidar de quem faz
a gestão acontecer
também é oferecer
tranquilidade quando
ela mais precisar.**

**Memorial Prev, um benefício que cuida
dos servidores, colaboradores e de quem
eles amam.**

A Memorial Necrópole Ecumênica tem décadas de história cuidando de pessoas nos momentos mais delicados da vida. Dessa experiência nasceu o Memorial Prev: um plano de assistência funerária completo, desenvolvido para instituições públicas e privadas que entendem que cuidar das pessoas vai além das obrigações do dia a dia.

Com atendimento humanizado 24 horas, cobertura nacional e suporte especializado, toda a operação fica sob nossa responsabilidade, oferecendo mais tranquilidade para a gestão e mais proteção para quem faz parte da instituição.

**Mais proteção para as pessoas.
Mais tranquilidade para a gestão.**



**Porque escolher
o Memorial Prev
Empresas**

- Atendimento humanizado
- Equipe especializada
- Cobertura nacional
- Rede credenciada
- Gestão simplificada
- Agilidade no atendimento
- Credibilidade de quem
faz parte do Memorial
Necrópole Ecumênica

Instagram Facebook memorialprev 13 3257-8001

memorialprev.com.br



MEMORIALPREV
— EMPRESAS —



Por Marilene Mariotoni



República Italiana

Em evento muito bem organizado pelo Cônsul da Itália em São Paulo, Domenico Fornara, pela Cônsul Adjunta Marianna Haddad, Rita Guarino e valiosos membros da equipe, em 2 de junho, comemorou-se o Dia da República Italiana, no espaço de eventos Jardim Nacional. Presentes muitas autoridades e Cônsules. Foto: Saulo Daolio, Mariangela M. Daolio, Marilene Mariotoni, Deputado Fábio Porta (Parlamento Italiano eleito pelos italianos no exterior e fazendo excelente trabalho) e José Lorenzo de Messina (atuante Presidente do Circolo Italiano San Paolo).



Homenagem do CRECI

Com muita alegria esta colunista recebeu do Presidente José Augusto Viana Neto, em 18 de junho, o diploma do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (CRECISP), com seu nome no Livro Honoris Causa Ad Perpetuam Rei Memoriam. Emocionante cerimônia que contou com a valorosa Diretoria: Jaime Ramos, Gilberto Yogui, Arthur Boajian, Francisco Afonso, Isaura dos Santos e Ruberval Castello, e destacada equipe, como Dr. Milton Moreira Neto, Sylvio Lino Silva Fº, Gilberto Hashiguchi, Felipe Arruda e outros.



Fred, Juliana, Ilza e Wágner

Ainda repercute o 68º Congresso Estadual dos Municípios da APM. Na foto, o Presidente da APM Fred Guidoni com Juliana Cintra e Ilza Costa e Wágner Bento da Costa, ela Primeira Dama e ele Prefeito de Pariquera-Açu e Secretário Geral da APM. Visitaram stands e recepcionaram Congressistas e autoridades. Puderam verificar a pujança da APM e de suas realizações, especialmente o Congresso Estadual dos Municípios.



Com Marcos Monti

Um agradável momento do Congresso Estadual dos Municípios foi a presença do ex-Presidente Marcos Monti que foi Prefeito de São Manoel por dois mandatos. Conversou com autoridades e com Congressistas e esteve na sala VIP da APM com esta colunista Marilene Mariottoni. Aliás, esta colunista recebeu elogios pelo trabalho realizado especialmente com as Mulheres da política de Marcos Monti e da Câmara de Ibirá, cuja Presidente Sônia Beolchi encaminhou a Moção nº 18 de cumprimentos. Obrigada pelo apoio e pelo incentivo.



Meu nome é Laís

A competente e dinâmica Laís Helena Antonio dos Santos Aloíse lançou seu livro “Meu nome é Laís – os tabus que derrubei”, em 6 de junho, em noite de autógrafos na Câmara Municipal de Valinhos. A Professora Laís foi a primeira mulher negra a ser eleita Vereadora no município. Decisiva para a criação da Associação Cultural e Educacional de Valinhos, é autora do projeto Vereador Mirim, para o exercício de cidadania pelos jovens. Foi a primeira Mulher a ser eleita Vice-Prefeita, foi Secretária Municipal e a primeira a ocupar o cargo de Prefeita.



Prefeita Lorena

A Professora e pedagoga, Mestra em educação, Lorena Rodrigues de Oliveira, é a primeira Mulher eleita Prefeita do município de Franco da Rocha. A Prefeitura foi agraciada com o Prêmio Franco Montoro, quinto lugar na categoria índice fiscal. Lorena Oliveira já foi secretária de Saúde e Vice-Prefeita. Importante ação da Prefeitura é a carreta da mamografia que retomou atividades neste mês de julho. Estão previstas comemorações do Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha

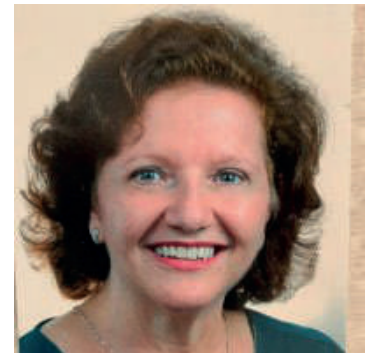
Festival Santos Café

Grande evento em Santos, a 11ª edição entre 9 e 12 de julho, no Centro Histórico, com degustação de café, gastronomia, shows, passeios de bonde, entre o Bulevar da Rua XV de novembro e o Valongo. A Vice-Prefeita Audrey Kleys, no exercício do cargo de Prefeita de 18 de maio a 18 de agosto, anunciou a programação. É jornalista, bacharel em Direito, pós-graduada em Formação de Profes-



sores em EaD e Conselho de Escola. Foi Vereadora por 2 mandatos, Secretária de Desenvolvimento Social e Secretária de Educação.

A coluna *Mulheres em Destaque* homenageia mulheres que fazem a diferença por meio de ações inovadoras, ideias transformadoras e iniciativas que impulsionam o crescimento. São histórias inspiradoras de liderança, criatividade e impacto positivo, que mostram como a inovação pode gerar mudanças reais e duradouras.



Marilene Mariottoni - jornalista e engenheira. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara de Mogi Mirim, Conselheira, Presidente do Conselho Deliberativo e 4ª Vice Presidente da APM. É Conselheira da Consumare Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa e Diretora da Federação de Associações de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências (FAMEAG) e da AMEAG SP. Contato: marilenemariottoni@uol.com.br



Silvana Guarnieri

Em 23 de junho, comemorou-se o Dia Internacional da Mulher na Engenharia; nossas homenagens às profes-

sionais da área. Destaque à Engenheira Silvana Guarnieri, ex-Vice-Prefeita de Diadema e Coordenadora do Núcleo da Mulher Engenheira do Sindicato dos Engenheiros no Estado. “Em defesa dos direitos dos profissionais, da igualdade e da inclusão - A luta em defesa da Mulher e contra o horror do feminicídio”, organizado por ela, em março, contou com a Delegada Renata Cruppi e a Deputada federal Juliana Cardoso que a ladeiam.



Contratos, convênios e parcerias: os caminhos da saúde municipal

Por Isabela Giglio

Na rotina da saúde municipal, muitas decisões não se esgotam na identificação da demanda. Saber que há necessidade de ampliar consultas, contratar exames, apoiar serviços hospitalares, fortalecer ações preventivas ou organizar determinado programa é apenas o ponto de partida. A etapa seguinte consiste em definir de que modo essa atuação será viabilizada: por execução direta, contrato de prestação de serviços, convênio, contrato de gestão, parceria ou outro arranjo admitido pelo ordenamento jurídico. Essa escolha não é meramente

formal. O instrumento utilizado traduz a natureza da relação que o Município pretende estabelecer e revela como a Administração compreende aquela necessidade pública. Na saúde, essa definição ganha especial relevância porque a participação da iniciativa privada pode assumir diferentes contornos, conforme o objeto, a finalidade, a forma de execução e o grau de integração com a rede pública. A Constituição Federal admite a participação complementar das instituições privadas no Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio,

com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos. A Lei nº 8.080/1990 segue a mesma orientação ao prever que, quando as disponibilidades públicas forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial da população, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada. A ideia central é simples: a participação privada pode complementar a rede pública quando a estrutura municipal não for suficiente para atender determinada demanda assistencial. Se o objetivo é assegurar consultas, exames, internações, procedimentos ou outros serviços diretamente vinculados à assistência à saúde, a relação tende a se aproximar da lógica da complementaridade ao SUS, formalizada por contrato ou convênio, conforme as características do caso concreto. É justamente nesse ponto que surgem as principais dúvidas práticas.

O contrato de prestação de serviços costuma ser utilizado quando a Administração busca uma prestação determinada, com objeto mensurável, remuneração correspondente e obrigações bem delimitadas, como exames, consultas, procedimentos ou serviços específicos. O convênio, por sua vez, relaciona-se à atuação cooperativa, especialmente com entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, quando há convergência de interesses na execução de ações ou serviços de saúde no âmbito do SUS. Já o contrato de gestão pode ser adotado em situações de maior complexidade, quando se pretende organizar a gestão e a operação de serviços ou unidades de saúde com metas, indicadores, equipe, estrutura e acompanhamento permanente. Em qualquer hipótese, a escolha deve decorrer da análise do objeto e da finalidade pública pretendida.



***“A solução
juridicamente
adequada nasce da
leitura concreta da
necessidade local,
da definição clara
do objeto e da
motivação da escolha
administrativa”.***

Há situações em que a atuação municipal envolve programas de promoção, prevenção, orientação, acompanhamento ou apoio à política pública de saúde. Nesses casos, poderá haver espaço para instrumentos de parceria com organizações da sociedade civil, especialmente quando houver atuação colaborativa, metas públicas, integração à política municipal e execução compartilhada de ações de interesse público. A diferença entre essas hipóteses nem sempre está no nome atribuído ao ajuste, mas no conteúdo concreto da relação. Por isso, antes da escolha do instrumento, é indispensável compreender o objeto: o que será executado, quem será atendido, como ocorrerá o aces-

so dos usuários, qual será a participação da Secretaria Municipal de Saúde, quais resultados serão acompanhados e de que modo a ação se integrará à rede municipal.

Cabe ao gestor, amparado por justificativa técnica e jurídica, definir a solução mais adequada ao interesse público, considerando a realidade local, a capacidade instalada do Município, a disponibilidade regional de serviços, a natureza da entidade envolvida, os custos, as metas e os mecanismos de controle. A discricionariedade administrativa, entretanto, não dispensa motivação. Quanto mais sensível for a decisão, mais importante será demonstrar a coerência entre a necessidade identificada e o instrumento escolhido. Essa reflexão é especialmente presente nos municípios do interior paulista, onde a rede de saúde frequentemente se organiza em diálogo com Santas Casas, hospitais filantrópicos, clínicas, laboratórios, associações e entidades sem fins lucrativos. Muitas dessas instituições possuem papel histórico no atendimento da população e integram o funcionamento cotidiano da política municipal de saúde. A questão não está em admitir

ou afastar genericamente essa participação, mas em qualificá-la conforme o regime jurídico adequado. Também é importante lembrar que a presença de entidade privada na execução de ações ou serviços de saúde não afasta a responsabilidade pública pelo planejamento, pela regulação, pelo acompanhamento e pela avaliação dos resultados. O Município permanece responsável pela condução da política local de saúde, pela definição das prioridades e pela fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos. No fim, a principal pergunta não é apenas qual instrumento pode ser utilizado, mas qual deles melhor corresponde à finalidade pública pretendida. Na saúde municipal, forma e conteúdo caminham juntos. A solução juridicamente adequada nasce da leitura concreta da necessidade local, da definição clara do objeto e da motivação da escolha administrativa. É nesse ponto que a participação da iniciativa privada deixa de ser apenas uma possibilidade prevista em lei e passa a ser instrumento de gestão responsável, a serviço da rede pública e da população.



Isabela Giglio - advogada, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).



A nova carona na Lei De Licitações

Como a Deliberação do TCESP muda a forma de justificar as adesões às atas de registro de preços

Por Luciano Ferreira Peres

A publicação da Deliberação (SEI Nº 0005763/2025-11) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo representa um dos mais relevantes movimentos recentes na consolidação da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021.

Embora o ato trate especificamente do Sistema de Registro de Preços e da adesão às atas por órgãos não participantes, seu alcance institucional é muito mais amplo.

A mensagem transmitida pelo TCE-SP é clara: a adesão à chamada "ata de carona" continua plenamente admitida pelo ordenamento jurídico, mas sua utilização passa a exigir elevado grau de planejamento, motivação e demonstração objetiva de vantajosidade.

Não se trata da criação de uma nova hipótese legal nem da restrição de um instrumento já previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

“A medida prestigia o planejamento regional das compras públicas e reduz o risco de adesões motivadas exclusivamente pela conveniência operacional”.

A Deliberação apenas explicita os critérios que orientarão a atuação fiscalizatória do Tribunal, transformando em parâmetros objetivos aquilo que a Lei nº 14.133/2021 já passou a exigir das contratações públicas: decisões administrativas tecnicamente fundamentadas.

Durante muitos anos, a adesão às atas de registro de preços foi compreendida como mecanismo destinado a simplificar aquisições e conferir maior agilidade às contratações. Em inúmeras situações, bastava a existência de uma ata vigente, a concordância do órgão gerenciador e a anuência do fornecedor para que a contratação fosse formalizada.

A nova Deliberação evidencia que essa lógica já não se compatibiliza com o modelo de governança inaugurado pela Lei nº 14.133/2021.

O que passa a ser objeto de análise não é apenas a regularidade formal da adesão, mas a própria decisão administrativa que levou o gestor a optar por esse caminho em detrimento das demais alternativas disponíveis.

Em outras palavras, a fiscalização desloca seu foco da existência da ata para a legitimidade da escolha administrativa.

Essa mudança possui enorme relevância prática. A adesão deixa de ser considerada solução naturalmente vantajosa e passa a depender da demonstração concreta de que representa a melhor alternativa para atender ao interesse público. A simples alegação de maior celeridade ou conveniência administrativa já não basta.

Será indispensável comprovar que o objeto registrado atende às necessidades da Administração, que os preços permanecem compatíveis com o mercado, que foram analisadas outras atas disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas e que a solução escolhida se mostra mais adequada sob os aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

Sob essa perspectiva, o Tribunal reforça uma das principais diretrizes da nova Lei de Licitações: o planejamento deixa de representar mera etapa preparatória da contratação para assumir posição central na legitimidade do ato administrativo.

Não por acaso, a Deliberação exige justificativas específicas para os quantitativos registrados, disciplina com maior rigor a Intenção de Registro de Preços, amplia os deveres de transparência dos órgãos gerenciadores e estabelece um conjunto de documentos indispensáveis à instrução dos processos de adesão.

Outro aspecto igualmente relevante é o fortalecimento da motivação administrativa.

A Deliberação exige que o gestor demonstre não apenas a necessidade da contratação, mas também as razões pelas quais a adesão se mostra mais vantajosa do que outras soluções juridicamente possíveis.

A exigência dialoga diretamente com os princípios da eficiência, da motivação, do planejamento e

da boa governança, todos incorporados pela Lei nº 14.133/2021 como pilares do novo regime jurídico das contratações públicas.

Também merece destaque a diretriz estabelecida para os órgãos jurisdicionados paulistas quanto à preferência pela utilização de atas formalizadas no próprio Estado de São Paulo

A adesão a atas gerenciadas por órgãos de outras unidades da Federação continua possível, mas dependerá de justificativa expressa que demonstre, cumulativamente, a inexistência de solução equivalente em território paulista e a efetiva vantajosidade da contratação pretendida.

A medida prestigia o planejamento regional das compras públicas e reduz o risco de adesões motivadas exclusivamente pela conveniência operacional.

É igualmente relevante observar que a Deliberação não se limita a orientar os gestores públicos.

Ao determinar que suas diretrizes integrarão os roteiros de fiscalização do Tribunal, a Corte deixa claro que esses procedimentos passarão a constituir referência objetiva para a análise da regularidade das futuras contratações.

Na prática, procuradorias, controladorias internas, secretarias de administração e setores de compras deverão revisar seus fluxos, padronizar procedimentos e aperfeiçoar a instrução dos processos relacionados ao Sistema de Registro de Preços.

A Deliberação também evidencia uma evolução do próprio controle externo. A análise deixa de se concentrar exclusivamente na regularidade formal dos atos e passa a privilegiar a qualidade da decisão administrativa. Mais

do que verificar se a adesão era legal, o Tribunal buscará aferir se ela efetivamente representava, diante das circunstâncias concretas, a solução mais adequada ao interesse público.

Esse talvez seja o principal significado do ato normativo. A adesão às atas de registro de preços permanece como importante instrumento de contratação, mas sua legitimidade deixa de decorrer da simples observância do procedimento legal. Passa a exigir planejamento, motivação e demonstração objetiva de vantajosidade.

Mais do que disciplinar a utilização da chamada "carona", o Tribunal de Contas reafirma uma das premissas centrais da Lei nº 14.133/2021: a legitimidade da contratação pública não nasce da formalização do contrato, mas da qualidade das decisões que a antecedem.

Planejamento consistente, motivação adequada e governança efetiva deixam de representar boas práticas administrativas para assumir a condição de pressupostos indispensáveis da atuação estatal.

Enfim, essa é a perspectiva que deverá orientar os gestores municipais e, igualmente, a atuação do controle externo nos próximos anos.



Luciano Ferreira Peres - Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialistas em Direito Público pela PUC - SP



Securitização da Dívida Ativa: os desafios e as oportunidades para Estados e Municípios

Por Professor Carlos Kerbes

A securitização da dívida ativa vem sendo debatida e aplicada no Brasil há mais de duas décadas, tendo como marco inicial a primeira operação realizada pelo Estado do Rio Grande do Sul, em 2005. Durante esse período, a ausência de uma legislação nacional específica gerou divergências entre órgãos de controle, tribunais de contas e operadores do Direito.

A promulgação da Lei Complementar nº 208/2024 representa um importante avanço ao estabelecer requisitos, limites e garantias para essas operações, disciplinando de forma clara a cessão onerosa dos direitos creditórios e oferecendo maior segurança jurídica para estados e municípios.

Os principais desafios

Apesar da evolução legislativa, os desafios permanecem significativos, especialmente para os municípios. A autorização legislativa, por si só, não garante a viabilidade econômica da securitização. É indispensável uma estrutura técnica robusta para avaliar corretamente as carteiras de créditos inadimplidos, precificar os ativos e modelar a operação sem comprometer as características originais dos créditos, como atualização monetária, multas e juros.

Também é fundamental compreender o histórico de arrecadação e recuperação de cada tributo, utilizando tecnologias de integração de dados e Business

Intelligence para conhecer a qualidade de cada crédito e estabelecer metas de incremento na recuperação da dívida ativa.

Outro ponto essencial é a criação de uma estrutura de governança transparente, com legislação específica autorizando a operação, adequações orçamentárias e contábeis conforme as normas da Secretaria do Tesouro Nacional, estudos de impacto fiscal e permanente acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade.

A Lei Complementar nº 208 também deixa claro que a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos permanece como prerrogativa da Fazenda Pública, impedindo a transferência dessa atri-

"A promulgação da Lei Complementar nº 208/2024 representa um importante avanço ao estabelecer requisitos, limites e garantias para essas operações, disciplinando de forma clara a cessão onerosa dos direitos creditórios" .

buição para terceiros. Municípios com elevado índice de litigiosidade ou baixa recuperabilidade dos créditos precisam realizar estudos ainda mais aprofundados para garantir a atratividade econômica da operação.

Transformar expectativa em investimento

A principal motivação da securitização é transformar receitas futuras em disponibilidade financeira imediata. Em vez de aguardar anos pela recuperação administrativa ou judicial da dívida ativa, o ente público pode antecipar esses recursos e direcioná-los para investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, modernização administrativa ou amortização de passivos.

Além de reduzir a dependência de operações tradicionais de crédito, essa antecipação oferece maior previsibilidade ao fluxo de caixa, melhora o planejamento financeiro e fortalece a gestão fiscal responsável.

Para muitos municípios, especialmente os de médio porte, essa estratégia amplia a capacidade de investimento sem neces-

sidade de elevar a carga tributária ou recorrer ao endividamento convencional. Ao utilizar ativos já existentes, a administração preserva espaço fiscal para futuras necessidades e fortalece sua sustentabilidade financeira.

Modernização da gestão pública

Outro benefício importante é o processo de modernização administrativa que acompanha as operações de securitização. A necessidade de aperfeiçoar cadastros, qualificar bases de dados, investir em tecnologia e fortalecer os mecanismos de cobrança acaba promovendo uma evolução estrutural da administração tributária.

Ao mesmo tempo, operações bem estruturadas despertam o interesse de investidores institucionais, como fundos de investimento, seguradoras e fundos de pensão, diversificando as fontes de financiamento do setor público.

Sob essa perspectiva, a dívida ativa deixa de ser vista apenas como um estoque contábil e passa a ser tratada como um patrimônio financeiro capaz de gerar valor para a sociedade quando administrado com racionalidade econômica.

Planejamento e responsabilidade

Apesar das inúmeras vantagens, a securitização exige planejamento rigoroso. A correta avaliação dos créditos, a estruturação jurídica compatível com a legislação vigente, a definição transparente da política de riscos, a observância da responsabilidade fiscal e uma governança sólida são condições indispensáveis para o sucesso da operação.

Mais do que um mecanismo de geração de caixa, a securitização deve ser compreendida como um

instrumento de política pública, voltado ao fortalecimento da capacidade de investimento e da eficiência da gestão pública.

Uma ferramenta estratégica

A securitização da dívida ativa representa uma importante ferramenta para estados e municípios ampliarem sua capacidade de investimento sem aumentar impostos ou recorrer ao endividamento tradicional. Quando estruturada com segurança jurídica, transparência e governança, transforma ativos de baixa liquidez em recursos capazes de financiar políticas públicas essenciais, fortalecer a sustentabilidade fiscal e modernizar a administração pública.

Mais do que uma operação financeira, trata-se de uma estratégia de valorização do patrimônio público, alinhada às modernas práticas de gestão e ao compromisso de oferecer melhores serviços à sociedade por meio do uso eficiente dos ativos públicos.



Carlos Kerbes

Professor, pesquisador, palestrante, consultor tributário e financeiro, e especialista em gestão pública, controladoria e finanças. Referência nacional em Securitização.



Abertura do evento em Brasília

Mobilização municipalista fortalece articulação em defesa das prefeituras

Gestores de todo o país se reuniram em Brasília para barrar pautas que ampliam despesas dos municípios, defender o fortalecimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ampliar a representação institucional do municipalismo no Supremo Tribunal Federal

Por Elaine Garcia

Brasília voltou a se transformar, nos dias 7 e 8 de julho, no principal palco das discussões sobre o futuro das finanças municipais. Convocados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), prefeitos, vice-prefeitos, parlamentares e lideranças municipalistas de todo o país participaram de uma mobilização nacional com um objetivo claro: impedir o avanço de propostas que podem comprometer ainda mais a capacidade financeira das prefeituras e reforçar a agenda de fortaleci-

mento dos municípios brasileiros.

A mobilização ocorreu em um momento considerado decisivo pelo movimento municipalista, às vésperas do recesso parlamentar, período estratégico para intensificar o diálogo com deputados e senadores sobre projetos que tramitam no Congresso Nacional. Entre as prioridades estiveram o combate às chamadas pautas-bomba, a aprovação de medidas que ampliam os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o fortaleci-

mento da representação jurídica dos municípios perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

Na abertura do encontro, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, fez um dos discursos mais contundentes dos últimos anos ao alertar para o cenário enfrentado pelas administrações municipais. “Nunca vi um quadro tão difícil como esse que estamos vivendo hoje”.

Segundo Ziulkoski, mais de 80 propostas em tramitação no Congresso Nacional podem provocar impactos bilionários sobre as contas das prefeituras. Entre elas, estão projetos relacionados à criação de pisos salariais, aposentadorias especiais, redução da jornada de trabalho e ampliação de direitos trabalhistas sem previsão de compensação financeira para os municípios. Para o dirigente, a defesa das cidades exige uma atuação política permanente. “A aprovação de um piso já derruba uma conquista. Temos que atacar aqui e tentar conquistar lá”.

Defesa das finanças municipais

Durante os dois dias de mobilização, os gestores participaram de reuniões técnicas, encontros com parlamentares e debates sobre os principais desafios fiscais enfrentados pelos municípios. Um dos temas centrais foi a necessidade de impedir a aprovação de projetos que criam novas despesas obrigatórias sem indicar as respectivas fontes de financiamento.

Estudos apresentados pela CNM apontam que apenas algumas das propostas em discussão podem representar dezenas de bilhões de reais em novos gastos para as administrações municipais. Entre elas, estão a PEC 14/2021, que trata da aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias e projetos que estabelecem novos pisos

salariais para categorias profissionais, além de mudanças na legislação trabalhista.

Para os municipalistas, garantir direitos é uma pauta legítima, mas ela precisa ser acompanhada de responsabilidade fiscal para evitar que a ampliação das despesas comprometa investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

Pautas prioritárias avançam

Além da mobilização contra as chamadas pautas-bomba, o encontro concentrou esforços em duas propostas consideradas estratégicas para o fortalecimento do municipalismo.

A primeira delas foi a aprovação das PECs 231/2019 e 25/2022, que ampliam o Fundo de Participação dos Municípios. Durante a mobilização, parlamentares defenderam

a manutenção do adicional de 1% ao FPM no mês de março, medida que poderá representar quase R\$ 10 bilhões a mais para os cofres municipais em todo o país.

Outro tema prioritário foi a PEC 253/2016, que permitirá às entidades nacionais representativas dos municípios ingressarem diretamente no Supremo Tribunal

Federal com Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) e Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs), fortalecendo juridicamente a defesa dos interesses municipalistas. Atualmente, União, estados e outras instituições possuem essa prerrogativa, enquanto os municípios dependem da atuação de terceiros.

A participação da APM

Vice-presidente da CNM e presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Fred Guidoni participou ativamente da mobilização e reforçou a importância do engajamento dos gestores paulistas na defesa das pautas prioritárias. “São duas pautas importantíssimas e fundamentais para o municipalismo paulista e brasileiro. Primeiro, a PEC 253, decisiva para a gente lutar contra as pautas-bomba do Congresso. E o segundo tema, não menos importante, é o aumento de 1% do FPM no mês de março, o que vai colocar quase R\$ 10 bilhões a mais nos cofres públicos dos municípios do Brasil”.

Guidoni também conclamou prefeitos e lideranças municipais a manterem contato permanente com os parlamentares de suas bases, reforçando que a participação dos gestores é decisiva para o avanço da agenda municipalista no Congresso. “Gestores, participem dessa mobilização e entrem em contato com os deputados federais das suas bases pedindo apoio às pautas. Estamos juntos nessa luta, trabalhando muito pelos municípios de São Paulo e do Brasil”.



Fredo Guidoni e Paulo Ziulkoski



Fonte: site APM



PEC 253: a voz dos municípios pode ganhar força no Supremo

Por Elaine Garcia

Proposta defendida pelo movimento municipalista pretende conceder à Confederação Nacional de Municípios legitimidade para atuar diretamente no STF. A medida é considerada estratégica para fortalecer a autonomia das cidades e proteger as finanças municipais diante de decisões que impactam a gestão pública.

Quando uma lei aprovada em Brasília cria novas obrigações para as prefeituras brasileiras, os reflexos aparecem rapidamente nas cidades. O desafio, porém, vai além de administrar os impactos financeiros. Muitas vezes, os municípios sequer têm instrumentos jurídicos para questionar a constitucionalidade dessas normas diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF).

Foi justamente essa lacuna institucional que ganhou destaque durante a Mobilização Municipalista realizada nos dias 7 e 8 de julho, em Brasília. Entre as prioridades apresentadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e apoiadas pelas entidades estaduais, como a Associação Paulista de Municípios (APM), está a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 253/2016, considerada uma das mais importantes para o fortalecimento do municipalismo brasileiro.

Mais do que uma alteração jurídica, a proposta representa uma mudança na forma como os municípios poderão defender seus interesses perante a mais alta Corte do país.

Uma reivindicação histórica

A Constituição Federal define quais instituições possuem legitimidade para propor Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) e outras ações de controle concentrado perante o STF. Atualmente, esse grupo inclui, entre outros, o presidente da República, as Mesas da Câmara e do Senado, governadores, procurador-geral da República, partidos políticos com representação no Congresso Nacional e entidades nacionais de classe.

Apesar de representar praticamente todos os municípios brasileiros, a CNM ainda não integra esse rol. Na prática, quando uma lei aprovada pelo Congresso Nacional ou uma norma federal afeta diretamente a autonomia mu-

nicipal, a Confederação depende da atuação de terceiros para provocar o Supremo.

Isso significa que, mesmo reunindo amplo conhecimento técnico sobre os impactos das políticas públicas nas administrações locais, a entidade não possui autonomia processual para levar determinadas questões diretamente ao STF. É justamente essa realidade que a PEC pretende transformar.

O que muda com a proposta?

Se aprovada, a PEC 253 permitirá que a CNM passe a integrar o grupo de instituições legitimadas para propor ações de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Na avaliação do movimento municipalista, essa mudança representa um avanço institucional comparável ao fortalecimento conquistado por outras entidades nacionais ao longo das últimas décadas.

Mais do que ampliar competências jurídicas, a proposta busca garantir maior equilíbrio entre os entes federativos. Hoje, muitas decisões que afetam diretamente os municípios são debatidas judicialmente sem que o principal interessado possa participar de forma protagonista. Com a aprovação da PEC, a representação municipal passa a ocupar espaço mais efetivo na defesa do pacto federativo.

Segurança jurídica para quem administra

Embora o tema pareça restrito ao universo jurídico, seus efeitos são profundamente práticos. Prefeitos convivem diariamente com decisões judiciais, alterações legislativas e interpretações constitucionais que interferem na prestação de serviços públicos.

Questões envolvendo educa-



“A medida é considerada estratégica para fortalecer a autonomia das cidades e proteger as finanças municipais diante de decisões que impactam a gestão pública”.

ção, saúde, assistência social, previdência, meio ambiente, finanças públicas e organização administrativa frequentemente chegam ao Supremo. Em muitos casos, essas decisões produzem efeitos imediatos sobre os orçamentos municipais.

Ter uma entidade legitimada para defender tecnicamente a posição dos municípios significa ampliar a segurança jurídica das administrações locais. Também representa maior rapidez na contestação de normas consideradas incompatíveis com a Constituição ou com o princípio da autonomia municipal.

O que ela propõe?

Incluir a Confederação Nacional de Municípios (CNM) entre as entidades com legitimidade para propor ações diretas de inconstitucionalidade e outras ações de controle concentrado no Supremo Tribunal Federal.

O objetivo

Fortalecer institucionalmente a representação dos municípios e ampliar sua capacidade de defesa perante questões constitucionais.

O que muda para os prefeitos?

Maior proteção jurídica diante de leis que criem despesas, obrigações administrativas ou interfiram na autonomia municipal.

Fonte: CNM



Pautas-bomba: a conta que ameaça os municípios brasileiros

O assunto foi pauta durante a Mobilização Municipalista em Brasília

Por Elaine Garcia

Projetos em tramitação no Congresso podem ampliar despesas das prefeituras sem a correspondente previsão de receitas. Em Brasília, prefeitos de todo o país uniram forças para defender o equilíbrio fiscal e preservar a capacidade de investimento dos municípios.

Enquanto a opinião pública costuma associar o Congresso Nacional à criação de políticas públicas e à ampliação de direitos, um debate decisivo para o futuro

das cidades brasileiras, ganhou protagonismo na Mobilização Municipalista realizada em Brasília, nos dias 7 e 8 de julho. No centro das discussões, estava um termo que passou a fazer parte do vocabulário dos gestores públicos: as chamadas pautas-bomba.

A expressão, utilizada pelas lideranças municipalistas, não se refere à importância social das propostas em análise no Parlamento, mas aos impactos financeiros que elas podem provocar

“Não por acaso, um dos temas mais repetidos durante a Mobilização Municipalista foi a necessidade de preservar a responsabilidade fiscal como instrumento de proteção da população”.

nas administrações locais. São projetos que ampliam despesas obrigatórias para os municípios, como a criação de pisos salariais, novas vinculações de receitas, benefícios previdenciários e obrigações administrativas, sem indicar a origem dos recursos necessários para custeá-las.

Na prática, o resultado pode ser devastador: menos investimentos em infraestrutura, saúde, educação, assistência social e serviços essenciais para atender a despesas permanentes impostas por legislação federal.

Foi diante desse cenário que milhares de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e lideranças municipalistas se reuniram em Brasília para defender aquilo que consideram um dos princípios fundamentais do pacto federativo: nenhuma nova obrigação pode ser criada sem que haja a correspondente fonte de financiamento.

Um alerta que mobilizou o país

Durante a abertura da Mobilização Municipalista, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski,

fez um dos pronunciamentos mais contundentes dos últimos anos, ao alertar para o avanço de dezenas de proposições legislativas com potencial para comprometer o equilíbrio das finanças municipais.

Segundo a entidade, são mais de 80 projetos em tramitação que, somados, representam bilhões de reais em novas despesas para estados e municípios. Mais do que números, trata-se de uma mudança estrutural na capacidade de gestão das cidades brasileiras.

Em um cenário em que grande parte dos municípios já enfrenta limitações orçamentárias, aumento das demandas sociais e necessidade crescente de investimentos, qualquer ampliação de gastos obrigatórios reduz, ainda

“Pautas-bomba são propostas legislativas que criam ou ampliam despesas obrigatórias para estados e municípios, sem indicar fonte permanente de financiamento”.

mais, a autonomia administrativa dos prefeitos.

A preocupação não está restrita às pequenas cidades. Municípios de todos os portes podem ser impactados por medidas que elevam despesas permanentes sem ampliar a arrecadação.

O desafio de fechar as contas

Administrar uma prefeitura significa equilibrar diariamente uma equação complexa. De um lado, crescem as demandas da população por mais serviços públicos, infraestrutura, educação e saúde. Do outro, a arrecadação municipal nem sempre acompanha esse ritmo.

Quando o Congresso cria novas despesas obrigatórias, o espaço para investimentos diminui. É justamente esse efeito que preocupa o movimento municipalista. Os recursos destinados à manutenção de escolas, unidades básicas de saúde, pavimentação, iluminação pública, assistência social e desenvolvimento urbano passam a competir com despesas que deixam de ser decisões do gestor local e passam a ser determinadas por legislação nacional.

Segundo especialistas da área pública, esse processo reduz a autonomia financeira das administrações municipais e compromete o planejamento de longo prazo. Não por acaso, um dos temas mais repetidos durante a Mobilização Municipalista foi a necessidade de preservar a responsabilidade fiscal como instrumento de proteção da população.

Mais do que uma questão contábil

Embora o debate envolva números expressivos, o impacto das pautas-bomba vai muito além da contabilidade pública. Cada nova obrigação criada sem fonte de custeio representa menos capacidade de investimento em políticas públicas escolhidas conforme a realidade local.

Enquanto, alguns municípios precisam ampliar vagas em creches, outros enfrentam dificuldades na manutenção das estradas rurais, no transporte escolar ou na expansão da atenção básica. É justamente essa diversidade que torna o municipalismo brasileiro tão complexo.

Ao defender equilíbrio financeiro, os gestores argumentam que não estão rejeitando políticas públicas ou valorização profissional, mas defendendo que toda nova obrigação venha acompanhada da respectiva previsão de recursos.

Esse entendimento, inclusive, está alinhado ao princípio constitucional da responsabilidade fiscal e às discussões sobre o fortalecimento do pacto federativo.



Fonte: CNM



O caixa das prefeituras em xeque

Por que o fortalecimento do Fundo de Participação dos Municípios se tornou prioridade na agenda nacional do municipalismo

Por Elaine Garcia

Em meio ao aumento das responsabilidades dos governos locais e à pressão crescente sobre os orçamentos municipais, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) voltou ao centro do debate em Brasília. Mais do que uma transferência constitucional de recursos, ele representa a principal garantia de funcionamento para milhares de cidades brasileiras e uma das maiores bandeiras defendidas pelo movimento municipalista.

Quando um cidadão procura atendimento em uma Unidade Básica de Saúde, matricula o filho na escola municipal, utiliza o transporte escolar, percorre uma estrada rural ou recebe atendimento da assistência social, dificilmente imagina que boa parte desses serviços

depende diretamente de um mecanismo criado há mais de cinco décadas: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Embora pouco conhecido pela população, o FPM permanece como uma das principais engrenagens do pacto federativo brasileiro e, para milhares de municípios, representa a diferença entre manter serviços essenciais funcionando ou enfrentar sérias dificuldades financeiras.

Foi justamente por essa importância estratégica que o fortalecimento do Fundo voltou ao centro das discussões durante a Mobilização Municipalista promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), nos dias 7 e 8 de julho, em Brasília. Ao lado da defesa contra

as chamadas pautas-bomba e da aprovação da PEC 253, o debate sobre o financiamento das cidades reafirmou uma preocupação recorrente dos gestores públicos: garantir recursos compatíveis com as responsabilidades assumidas pelos municípios.

“Em milhares de municípios brasileiros, o FPM representa a principal fonte de receita corrente, superando, muitas vezes, a arrecadação própria com impostos como IPTU, ISS e ITBI”.

A espinha dorsal das finanças municipais

Instituído pela Constituição Federal, o Fundo de Participação dos Municípios é composto por uma parcela da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), distribuída às prefeituras conforme critérios estabelecidos em lei. Na prática, trata-se de um instrumento de redistribuição de receitas que busca reduzir as desigualdades entre as diferentes regiões do país. Sua importância é especialmente evidente nas cidades de pequeno e médio porte.

Em milhares de municípios brasileiros, o FPM representa a principal fonte de receita corrente, superando, muitas vezes, a arrecadação própria com impostos como IPTU, ISS e ITBI. Isso significa que o funcionamento cotidiano das administrações municipais depende diretamente da estabilidade dessas transferências. Folhas de pagamento, manutenção das unidades de saúde, transporte escolar, coleta de lixo, conservação de vias públicas, programas sociais e



investimentos em infraestrutura convivem diariamente com a realidade das oscilações na arrecadação federal.

Nos últimos anos, as prefeituras brasileiras passaram a assumir um número cada vez maior de atribuições. A expansão da atenção básica em saúde, o fortalecimento da educação infantil, o crescimento das políticas de assistência social, as demandas ambientais, a defesa civil, a mobilidade urbana e as novas exigências tecnológicas ampliaram significativamente a atua-

“O debate sobre o financiamento das cidades reafirmou uma preocupação recorrente dos gestores públicos”.

ção dos governos municipais.

Entretanto, segundo o movimento municipalista, essa ampliação de responsabilidades não foi acompanhada pelo mesmo ritmo de fortalecimento das receitas. O resultado é um cenário em que os municípios são chamados a executar cada vez mais políticas públicas, mas com espaço fiscal cada vez menor. Essa equação foi um dos principais pontos debatidos durante a Mobilização Municipalista.

Para as lideranças presentes em Brasília, fortalecer o FPM significa garantir previsibilidade financeira e maior capacidade de planejamento para os gestores locais. Mais do que ampliar recursos, trata-se de assegurar condições para que os municípios continuem prestando serviços essenciais à população.

Fonte: CNM

Como funciona o FPM?

O que é? O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional da União destinada às prefeituras brasileiras.

De onde vêm os recursos? O Fundo é formado por parte da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Como os recursos são distribuídos? A divisão considera critérios definidos em lei, levando em conta fatores como população e coeficientes estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), buscando reduzir desigualdades regionais.

Qual sua importância? Para milhares de municípios, especialmente os de pequeno porte, o FPM representa a principal fonte de receita para manter os serviços públicos.



Muito além da Marcha

O municipalismo brasileiro inaugura uma nova fase de articulação política, transformando a defesa dos municípios em uma atuação permanente junto ao Congresso Nacional

Por Elaine Garcia

A Marcha a Brasília consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como o maior espaço de mobilização dos prefeitos brasileiros. Em 2026, porém, o movimento municipalista deu um passo além. Pouco mais de um mês após a XXVI Marcha, uma nova Mobilização Municipalista voltou a reunir gestores na capital federal, demonstrando que a defesa dos municípios deixou de se concentrar em grandes eventos anuais para se tornar uma atuação contínua, técnica e estratégica.

Promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM),

com apoio das entidades estaduais, entre elas, a Associação Paulista de Municípios (APM), a mobilização reforçou uma mudança de postura: acompanhar permanentemente a pauta legislativa, antecipar riscos e participar ativamente das decisões que impactam as administrações locais.

Essa nova dinâmica responde ao cenário vivido pelos municípios. Projetos capazes de alterar receitas, ampliar despesas ou criar novas responsabilidades podem tramitar e ser votados em poucos dias, exigindo monitoramento constante e rápida articulação política.

Municipalismo em transformação

Antes

- Mobilização concentrada na Marcha a Brasília.
- Atuação pontual junto ao Congresso.
- Reação às propostas em tramitação.

Depois

- Monitoramento permanente das pautas legislativas.
- Estudos técnicos e jurídicos para subsidiar negociações.
- Atuação preventiva e articulada.
- Diálogo contínuo com Congresso, Governo Federal e instituições parceiras.
- Defesa permanente do pacto federativo e da autonomia municipal.

A força da representação institucional

Nesse novo modelo, as entidades municipalistas assumem papel ainda mais estratégico. Além da mobilização política, passaram a produzir estudos técnicos, notas jurídicas e análises de impacto que embasam o diálogo com deputados, senadores e representantes do Governo Federal.

A atuação coordenada entre a CNM, associações estaduais e lideranças municipais fortalece a capacidade de negociação e amplia o protagonismo das cidades no debate nacional. Para o presidente da APM, Fred Guidoni, esse trabalho conjunto tornou-se essencial para que os municípios tenham voz nas decisões que afetam diretamente a população. “Quando os municípios falam de forma organizada e apresentam dados técnicos, suas demandas ganham mais força. Nosso compromisso é garantir que a voz dos prefeitos seja ouvida nos espaços onde as decisões são tomadas”.

Municípios no centro das decisões

A importância desse fortalecimento institucional reflete o papel cada vez maior das prefeituras na execução das políticas públicas. Educação, saúde, assistência social, infraestrutura urbana, desenvolvimento econômico e defesa civil são serviços executados diariamente pelos municípios, embora muitas das decisões que impactam essas áreas sejam tomadas em âmbito federal.

Por isso, o municipalismo contemporâneo busca mais do que recursos financeiros. Defende maior participação dos governos locais na construção das políticas públicas e no aperfeiçoamento do pacto federativo, aproximando as decisões nacionais da realidade vivida pela população.

A Mobilização Municipalista também evidenciou uma nova cultura de cooperação entre entidades estaduais, frentes parlamentares e instituições parceiras. Essa atuação integrada amplia a legitimidade das propostas apre-

“Projetos capazes de alterar receitas, ampliar despesas ou criar novas responsabilidades podem tramitar e ser votados em poucos dias, exigindo monitoramento constante e rápida articulação política”.

sentadas ao Congresso e fortalece a defesa dos interesses municipais.

A mobilização realizada em julho mostrou que a Marcha a Brasília continua sendo o principal encontro do municipalismo brasileiro, mas deixou de representar um esforço isolado. Ela passa a integrar uma estratégia permanente de acompanhamento legislativo, produção de conhecimento técnico e articulação institucional.

Mais do que reagir a projetos em tramitação, o movimento municipalista busca influenciar a construção das decisões que definirão o futuro das cidades brasileiras. Em um país onde a maior parte das políticas públicas se concretiza nos municípios, fortalecer o municipalismo significa fortalecer a própria capacidade do Estado de atender às necessidades da população.



Fonte: CNM



A conta das decisões de Brasília

Três propostas em discussão no Congresso colocam em xeque a autonomia financeira dos municípios e mobilizam prefeitos de todo o país em defesa do pacto federativo

Por Elaine Garcia

Reunidos pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), com apoio das entidades estaduais, entre elas a Associação Paulista de Municípios (APM), milhares de gestores concentraram esforços em torno de uma agenda considerada prioritária. Entre dezenas de projetos monitorados diariamente, três propostas simbolizaram os principais desafios enfrentados pelo municipalismo brasileiro: a PEC 74/2019, a PEC 221/2019 e o Projeto de Lei

1.365/2022.

Embora tratem de temas distintos, todas levantam a mesma preocupação: como preservar o equilíbrio das contas públicas municipais diante de mudanças constitucionais e legais que impactam diretamente as administrações locais.

PEC 74/2019

Entre as propostas defendidas pelo movimento municipalista, uma das mais aguardadas é a PEC 74/2019. Hoje, o Imposto Territo-

rial Rural (ITR) é um tributo federal. Mesmo quando o município assume a fiscalização e a cobrança, continua dependente das regras estabelecidas pela União.

A proposta altera a Constituição para permitir que os próprios municípios instituam e administrem o imposto. Na avaliação das entidades municipalistas, a mudança representa um avanço na autonomia financeira das administrações locais. Além de ampliar a arrecadação própria, a medida fortalece a gestão territorial, combate a evasão fiscal e aproxima a cobrança da realidade de cada região.

Para municípios com grande extensão rural, o impacto pode representar uma importante fonte adicional de receita sem criação de novos tributos.

Por que interessa aos municípios?

- Mais autonomia tributária.
- Maior arrecadação própria.
- Fiscalização mais eficiente.
- Fortalecimento da gestão territorial.

PEC 221/2019

Outro tema que concentrou atenção foi a PEC 221/2019, que propõe reduzir a jornada máxima semanal de trabalho. Embora a proposta tenha como objetivo ampliar a qualidade de vida dos trabalhadores, os municípios alertam para seus efeitos financeiros.

Serviços públicos essenciais, como saúde, educação, assistência social, limpeza urbana e segurança patrimonial, funcionam

continuamente. Na prática, uma redução da carga horária pode exigir novas contratações para manter o mesmo nível de atendimento à população.

Segundo as entidades municipalistas, qualquer alteração dessa natureza precisa ser acompanhada de estudos de impacto financeiro e de mecanismos que garantam recursos para sua implementação. O receio é que uma medida socialmente importante acabe comprometendo o equilíbrio fiscal das administrações locais.

PL 1.365/2022

Entre todas as propostas discutidas durante a mobilização, poucas despertaram tanta preocupação quanto o Projeto de Lei 1.365/2022. O texto estabelece piso salarial nacional de R\$ 13.662 para médicos e cirurgiões-dentistas vinculados ao Sistema Único de Saúde, com reajuste anual pelo IPCA.

A valorização desses profissionais é considerada legítima pelas entidades municipalistas. O problema, segundo a CNM, está na ausência de previsão de recursos para custear a medida. Os estudos da Confederação estimam impacto anual superior a R\$ 25,9 bilhões para os municípios brasileiros.

Em muitas cidades, especialmente de pequeno porte, a nova despesa poderia comprometer investimentos em outras áreas da saúde e até colocar em risco a manutenção dos serviços já existentes. Para o movimento municipalista, toda criação de piso nacional precisa vir acompanhada da respectiva fonte de financiamento, respeitando o equilíbrio federativo previsto na Constituição.



“Entre as propostas defendidas pelo movimento municipalista, uma das mais aguardadas é a PEC 74/2019”.



O que une essas três propostas?

Apesar de tratarem de assuntos diferentes, a PEC 74, a PEC 221 e o PL 1.365 evidenciam um mesmo debate: o fortalecimento do pacto federativo. Enquanto a PEC do ITR amplia a autonomia dos municípios para arrecadar, as outras duas propostas criam potenciais impactos financeiros sobre as administrações locais. Foi justamente esse equilíbrio entre autonomia, responsabilidade fiscal e financiamento das políticas públicas que orientou a atuação dos prefeitos durante a Mobilização Municipalista. Mais do que defender interesses corporativos, o movimento buscou assegurar que decisões tomadas em Brasília considerem a realidade financeira das cidades, onde os serviços públicos chegam efetivamente à população.

Fonte: CNM





15° SGESP debate os desafios da gestão fazendária na era digital

Servidores municipais se reúnem em Ribeirão Preto para debater Reforma Tributária, Contabilidade Pública, Auditoria Fiscal e Inteligência Artificial.

Nos dias 29 e 30 de julho de 2026, Ribeirão Preto sediará o 15° SGESP (Seminário de Gestão Pública Fazendária), promovido pela ASSEFIN-SP. Gratuito para servidores municipais, o evento discutirá temas como Reforma Tributária, Contabilidade Pública, Auditoria Fiscal e Inteligência Artificial, reunindo especialistas e gestores de diversas regiões do Estado.

Com o tema “A Virada do Século XV: Da Prensa à Inteligência Artificial – a Revolução da Informação na Gestão Pública”, a programação contará com palestras, oficinas especializadas e o tradicional Encontro de Secretários Municipais de Finanças, promovendo a troca de experiências e o debate sobre os desafios da administração pública contemporânea.

Programação terá oficinas técnicas, palestras e atividades simultâneas

Neste ano, o seminário reunirá oficinas técnicas, workshop especializado, reuniões institucionais e palestras temáticas, promovendo capacitação e atualização profissional.

No Salão Principal, palestras voltadas aos servidores e gestores das Fazendas Públicas Municipais reforçarão a tradição do SGESP de integrar formação técnica, inovação e debate institucional.

Participação continuará gratuita para o setor público

Assim como nas edições anteriores, a participação permanecerá gratuita para servidores públicos e representantes de diferentes segmentos da administração pública, incluindo:

- prefeituras
- institutos de previdência
- câmaras municipais
- autarquias
- empresas públicas e sociedades de economia mista

Programação, inscrições e informações:



WhatsApp: +55 (16) 9 9769-7962



SAVE THE DATE

14 DE AGOSTO DE 2026

SECURITIZAÇÃO NA PRÁTICA

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Venha aprender, debater e trocar experiências com quem já está na prática.

O evento reúne palestras, cases reais e uma visão real, incluindo municípios de pequeno porte.



VAGAS LIMITADAS

FIA BUSINESS
SCHOOL

8h30 às 17h
Auditório da FIA
Av. Dra. Ruth Cardoso, 7221
Pinheiros – São Paulo – SP



Sebrae-SP reforça compromisso com Cadeias Produtivas Locais durante evento de reconhecimento do programa SP Produz

Instituição destacou atuação na avaliação técnica e reafirmou o compromisso com ações para ampliar a competitividade dos pequenos negócios

Por Redação / Sebrae

O Sebrae-SP reafirmou seu compromisso com o fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais (CPLs) durante a cerimônia de reconhecimento do programa SP Produz 2025, realizada nesta terça-feira (23/6). Parceiro estratégico do Governo do Estado, a instituição destacou sua atuação na avaliação técnica das cadeias e no desenvol-

vimento de projetos que ampliam a competitividade das micro e pequenas empresas e impulsionam o desenvolvimento econômico dos territórios paulistas.

Realizada no Centro de Difusão Internacional da Universidade de São Paulo (USP), a cerimônia reuniu representantes das cadeias produtivas, lideranças institucio-

nais e parceiros para celebrar o reconhecimento das CPLs classificadas como Em Desenvolvimento, Consolidadas e Maduras, além de apresentar o cronograma de ações previsto para 2026.

Como integrante da Rede Paulista de Apoio às Cadeias Produtivas Locais, o Sebrae-SP é um dos parceiros técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) no fortalecimento das CPLs paulistas. Nesse contexto, participou das edições 2024 e 2025 do Edital de Reconhecimento SP Produz. Na edição de 2025, mobilizou 34 colaboradores, entre gerentes, consultores e analistas, para atuar na avaliação dos planejamentos estratégicos, da documentação comprobatória e dos níveis de maturidade das CPLs, além de apoiar a mobilização dos territórios e a divulgação do edital.

“Temos o papel de apoiar essa iniciativa do Governo do Estado e estar próximo das CPLs para fazer com que essas atividades se desenvolvam cada vez mais. Para que a gente consiga juntos, empresários e poder público, mais políticas públicas municipais e fortalecimento regional. Temos diversos setores envolvidos e o fortalecimento de todos eles é uma agenda absolutamente

“Temos o papel de apoiar essa iniciativa do Governo do Estado e estar próximo das CPLs para fazer com que essas atividades se desenvolvam cada vez mais”.



transformadora”, afirmou o Diretor Superintendente do Sebrae-SP, Nelson Hervey Costa.

Janaína Pasqualini é empreendedora da cidade de Ibitinga e recebeu o reconhecimento de CPL Madura no setor de bordados. “Foi uma experiência importante para o meu negócio, tanto individualmente como coletivamente. Tivemos desenvolvimento de ações locais e treinamentos que fortaleceram nossa cidade e o comércio local”, comemora.

Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, o SP Produz foi criado para fortalecer as Cadeias Produtivas Locais por meio do reconhecimento técnico e de editais de fomento. Desde seu lançamento, em 2024, o programa já reconheceu 194 CPLs e disponibilizou R\$ 65 milhões para projetos de desenvolvimento. Em 2025, 46 Cadeias Produtivas Locais tiveram seus projetos contemplados no Edital de Fomento do Programa SP Produz, totalizando aproximadamente R\$ 22 milhões em recursos destinados ao fortaleci-



mento de seus elos produtivos.

“Nós estamos falando de CPLs que geram desenvolvimento de fato, com impacto em emprego e renda. Esse é um trabalho construído com os territórios, com os prefeitos e com o setor produtivo. Nada disso acontece sem essa articulação. O SP Produz mostra que, quando a gente estrutura polos e fortalece cadeias, o resultado aparece na economia real”, declarou Jorge Lima Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Além de apoiar o processo de reconhecimento das Cadeias Pro-

dutivas Locais, o Sebrae-SP atua diretamente nos territórios por meio de Projetos Especiais executados em parceria com os escritórios regionais. As iniciativas contemplam ações de fortalecimento da governança, tecnologia e inovação, qualificação empresarial, comportamento empreendedor, acesso a mercados e agregação de valor aos pequenos negócios.

Os indicadores oficiais do Sebrae-SP, apurados por pesquisa independente realizada junto às empresas participantes das jornadas de competitividade das CPLs, demonstraram em 2025 aumento médio de 13% no faturamento, evidenciando a efetividade dessa estratégia para o fortalecimento da competitividade empresarial e o desenvolvimento econômico dos territórios.

As CPLs articulam os diferentes elos da cadeia produtiva – fornecimento de insumos, transformação industrial, produção, comercialização e distribuição, além do apoio institucional – integrando empresas, entidades representativas, universidades, centros de pesquisa, organizações de apoio, instituições financeiras e poder público em um ecossistema colaborativo voltado ao fortalecimento da competitividade territorial. Além do acesso aos editais de reconhecimento e fomento do Programa SP Produz, as CPLs contam com apoio técnico, capacitações, mentorias e ações integradas de governança, inovação e acesso a mercados, ampliando a competitividade das empresas, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Fonte: CNM

Onde estamos

7 países
6 milhões de pessoas*



Trabalhando a nível de comunidade, cidade e província

durante a pandemia de COVID-19, foi utilizado para mapear serviços essenciais, identificar famílias vulneráveis e fortalecer a comunicação com a população. No Brasil, a Prefeitura de Teresina (PI), em parceria com o ONU-Habitat, utilizou a plataforma para coletar e analisar dados de infraestrutura crítica e eventos de desastre na construção do Perfil de Resiliência Urbana. Cada implantação gerou aprimoramentos incorporados ao produto, tornando-o cada vez mais aderente às necessidades da gestão pública.

A prova mais significativa de sua eficiência ocorreu durante as enchentes históricas do Rio Grande do Sul, em 2024. Implantado em apenas um dia, o ACCTION alcançou mais de 5 mil usuários ativos e tornou-se peça fundamental na coordenação da distribuição de ajuda humanitária.

Ainda em constante evolução, a trajetória do ACCTION demonstra que é possível oferecer uma solução tecnicamente robusta e, ao mesmo tempo, acessível para municípios com capacidade e orçamento limitados. É esse equilíbrio entre rigor técnico, inovação e aplicação prática que continuará orientando o desenvolvimento da plataforma.

A trajetória do ACCTION: da experiência de campo a uma ferramenta acessível para a gestão de riscos de desastres

O ACCTION nasceu da experiência acumulada em mais de uma década de atuação em mais de 30 países, apoiando governos locais e nacionais em planejamento urbano, habitação e gestão de risco. Nesse percurso, tornou-se evidente uma lacuna: as soluções disponíveis eram sofisticadas, caras e desenvolvidas para realidades com alta capacidade técnica e financeira, distantes do contexto da maioria dos municípios. No Brasil, apenas 10% das cidades possuem um sistema estruturado de gestão de risco, enquanto 57% — mais de 3.100 municípios — não contam com qualquer instrumento de gerenciamento de desastres.

Desde o início, a proposta foi construir a plataforma em parceria com os próprios municípios, compreendendo suas necessidades, limitações e processos de tomada de decisão. Dessa escuta nasceram interfaces intuitivas, requisitos de dados compatíveis com a realidade

de municipal e um modelo de custo acessível, reunindo módulos de diagnóstico, planejamento, monitoramento e um sistema próprio de alertas.

A validação ocorreu em campo desde as primeiras versões. Em Honduras, o ACCTION apoiou a elaboração do primeiro Plano Municipal de Gestão de Riscos de Villa de San Antonio. Em Cabo Verde,

Implementação

Brasil - Teresina



Anos: 2020 e 2024
2020: Recolha e análise de dados para elaborar o Perfil de Resiliência Urbana em conjunto com a ONU-Habitat. 2024: Utilização escolar para mapear zonas vulneráveis com os alunos.



Honduras - Villa de San Antonio



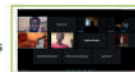
Ano: 2019
A força-tarefa municipal utilizou o ACCTION (H.A.R.D.) para o planejamento local do risco de desastres.



Cabo Verde - Safende



Ano: 2020
Durante o início da pandemia de COVID-19, a comunidade utilizou o ACCTION para partilhar alertas e informações críticas.



Brasil - Porto Alegre



Ano: 2024
Durante as piores inundações da história do Brasil, foi fundamental para distribuir ajuda. Implantação em 1 dia → mais de 5.000 utilizadores ativos durante a emergência



REFORMA TRIBUTARIA NOS MUNICÍPIOS

Impactos e desafios da gestão pública

24 AGOSTO

08h00 às 18h00

Fiesp | Av. Paulista, 1313

INSCREVA-SE



Realização



Apoiadores Institucionais



Sua empresa
precisa crescer
ou ganhar fôlego?

oxigena
ajuda você.



Conheça o programa do Sebrae que orienta o seu acesso ao crédito.

Com ele, você recebe acompanhamento especializado para usar o recurso de forma inteligente e organizar as finanças da sua empresa. Se você quer expandir suas operações ou sair do sufoco, conte com o Sebrae para respirar aliviado.



Acesse
o QR Code.

Oxigena. Mais fôlego para sua empresa.

